

PORTAL Adverso

Adverso, Porto Alegre, jan/ago. 2019



NOSSAS LUTAS DE ONTEM HOJE SEMPRE



8

Reforma da Previdência

Mais uma vez, a ADUFRGS está na luta para barrar a reforma e garantir uma aposentadoria justa aos trabalhadores.



16

Escola Sem Partido

Entidades estão mobilizadas para impedir a censura no ensino.

24

EC 95

Emenda que congela investimentos em áreas essenciais é desastrosa para futuro do País.

40

Mobilizações

Movimento docente sempre na luta para derrotar o retrocesso.

28

Mercantilização

Os tubarões da educação só querem lucrar.

46

ADUFRGS 40 anos

Sindicato promoveu uma série de atividades para celebrar quatro décadas de história.

64

Núcleo Multiatividades

Encontro dos aposentados relembra trajetória dos docentes.



Como acessar um QR code

Basta você pesquisar por "QR code" na loja de aplicativos do seu smartphone e baixar o app melhor avaliado. Alguns aparelhos já lêem os códigos diretamente pelo aplicativo normal da câmera.



ADUFRGS
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação

Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul

Ufrgs | Ufrgs Litoral Norte/Ufscpa | IFRS Porto Alegre
IFRS Restinga | IFRS Alvorada | IFRS Bento Gonçalves | IFRS Canoas
IFRS Caxias do Sul | IFRS Osório | IFRS Viamão | IFRS Farroupilha
IFRS Feliz | IFSul Charqueadas | IFSul Sapucaia do Sul

Presidente
Paulo Machado Mors
Vice-presidente
Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira

1º Secretário
Ricardo Francalacci Savaris

2º Secretário e Diretor Social e Cultural
Newton Luís Garcia Carneiro

1º Primeiro Tesoureiro
Vanderlei Carraro

2º Tesoureiro e Diretor de Assuntos Jurídicos
Pedro Alves d'Azevedo

Diretora de Assuntos da Carreira do Magistério Superior
Luciana Boose Pinheiro
Diretor de Assuntos da Carreira do EBT

Eduardo de Oliveira da Silva
Diretora de Comunicação

Lúcia Couto Terra
Diretor de Assuntos de Aposentadoria e Previdência

Jairo Alfredo Genz Bolter
Diretor de Relações Sindicais
Eduardo Rolim de Oliveira





60

Homenagem

ADUFRGS ganha medalha da Assembleia Legislativa por sua trajetória de 40 anos.

68

10 anos EBTT

Qualificação do quadro de professores e melhores salários marcam evolução da carreira após uma década.

72

10 anos dos Institutos Federais

Criação foi responsável pela expansão do ensino público no País.

76

Artigo

Quanto custa a educação pública de qualidade no Brasil?

84

Revolução Industrial 4.0

Reportagem traz entrevistas que ajudam a entender a transformação no setor produtivo.



Rua Barão do Amazonas, 1581 - Porto Alegre | RS
CEP 90670-005 - Fone|Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufgrs.org.br
www.adufgrs.org.br

AD PORTAL
verso

Adverso, Porto Alegre, jan/ago. 2019

Tiragem: 3.600 exemplares | Impresso na Ideograf

Editora: Zaira Machado

Reportagens: Araldo Neto, Daiani Cerezer,
Manoela Frade, Giliane Greff, Aline Adolphs

Revisão: Taís Vicari

Auxílio de criação: Tilber Guglielmi

Projeto gráfico e Diagramação: Leonardo Guterres

Produção:



VERDEPERTO

(51) 3228 8369



Editorial

Por Paulo Machado Mors


Esta edição impressa da ADverso não é apenas um relatório. Muito mais do que isso. Ao mesmo tempo em que apresenta nossas ações ao longo do ano de 2018, lembra e comenta as circunstâncias que as ensejaram.

Um sindicato é um órgão de luta; não poderíamos, portanto, deixar de destacar esta palavra na capa de nossa revista. A mobilização de nossas bases, em conjunto com representações de vários setores da sociedade, é marca da luta da ADUFRGS.

Iniciamos com uma matéria sobre a atual proposta de Reforma da Previdência. Aquela que o governo está denominando de “Nova” Previdência. Mostramos que não há nada de novo no que ela propõe. Há quase quarenta anos, reforma semelhante foi imposta ao povo chileno e hoje, em consequência, já temos um caso de projeto fracassado e que levou, cruelmente, toda uma geração de idosos à extrema pobreza. Como *business case* (usando a linguagem empresarial) foi um sucesso: os donos das AFPs (Administradoras de

Fundos de Pensão) enriqueceram e continuam enriquecendo.

O principal marco na linha do tempo de nossa luta atual certamente está em dezembro de 2016, quando foi editada a Emenda à Constituição 95, que estabeleceu o teto limitando os gastos orçamentários. Sob essa norma constitucional, o País está caminhando para a completa submissão ao capital especulativo, aquele que aqui aporta para aplicar, não para investir. O desastre que essa emenda traz para educação, ciên-



cia e tecnologia, saúde, entre outras ações sociais, está detalhado na matéria da página 24.

Estamos denominando de *Escola sem Mordança* a nossa resistência às tentativas que, insistentemente, são enviadas ao Parlamento na forma de projetos de leis que procuram tolher a liberdade de ensino-aprendizagem em nossa sociedade. Essas iniciativas são parte de um pacote mais amplo, retrógrado e preconceituoso, que resulta em manifestações de intolerância e de ódio. Participamos de várias ações da Sociedade Civil contra esses ataques, conforme relatado na matéria da página 16.

Mote constante em nossa luta tem sido *Em Defesa da Educação Pública*. E, por Educação Pública queremos dizer Educação como dever do Estado e direito do cidadão, universal, gratuita e de qualidade. Isto soa como um mantra já velho e sem apelo, mas, infelizmente, mais do que nunca é necessário repeti-lo. O assédio das grandes corpo-

rações internacionais de ensino, tratando a educação como produto comercializado segundo as normas de marketing, não ocorre apenas em nosso País, como mostram matérias a partir da página 28. Da página 76 em diante, o leitor é lembrado da importância do investimento na Educação Pública e em Ciência e Tecnologia, o que não tem nada de gasto e muito de futuro.

Ações de convívio são uma constante em nosso dia a dia. Festas, encontros temáticos, várias atividades sociais, são criados para agregar os filiados. Atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Multiatividades de Aposentados da ADUFRGS são tema da matéria da página 64.

Os textos apresentados a partir da página 84 mostram o estado da arte na esfera tecnológica a que nossa civilização chegou. Participar desse cenário, obviamente, não é coisa para obscurantistas e retrógrados.

Completamos, nesse

2018, quarenta anos de muita luta e protagonismo no movimento docente e social em geral. Um pouco de nossa história, e das comemorações que marcaram este aniversário, o leitor encontra a partir da página 46. Também comemoramos os dez anos da implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e os dez anos da criação, com nossa participação efetiva junto às negociações promovidas através do PROIFES-Federação, da carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT (páginas 66 a 73). Essas celebrações só reforçam nossa determinação em continuar a boa luta em defesa dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior.

Os textos das páginas 40 e 74 mostram, respectivamente, um pouco de nossa participação em mobilizações sociais no ano que passou, e uma explanação sobre a ideia que nos liga a uma organização sindical federativa, o PROIFES-Federação.

Boa leitura!

Do papel para o mundo digital

Depois de 30 anos no papel, a Revista Adverso se transformou em uma página multimídia dedicada a temas de educação, pesquisa e movimentos sociais. Desde o seu lançamento, em 2018, o novo Portal Adverso vem se consolidando como

um espaço difusor de ideias sobre questões importantes para a comunidade acadêmica.

Os conteúdos são produzidos em diferentes linguagens, de forma mais organizada e dinâmica. Fotos, vídeos, áudios, reportagens

especiais, artigos, infográficos e matérias passam a traduzir, de forma simples e direta, a luta da ADUFRGS-Sindical em defesa da educação pública, universal e de qualidade.

Acesse o portal pelo site: portaladverso.com.br

Conteúdos

Notícias



Informações atualizadas sobre temas relacionados à educação, pesquisa e movimentos sociais.

Artigos



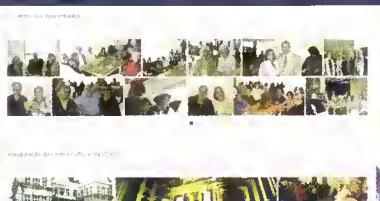
Opinião de especialistas sobre temas da conjuntura nacional e internacional.

TV Adverso



Vídeos produzidos com exclusividade pela equipe de comunicação da ADUFRGS-Sindical.

Galeria de Fotos



Álbuns dos eventos organizados ou apoiados pelo Sindicato. Todas as imagens estão no site de hospedagem e partilha de imagens Flickr.

Arquivo



Edições impressas mais recentes da Revista Adverso continuam disponíveis para leitura.

Redes Sociais



Conteúdos compartilhados nas redes sociais.

universidade

Educação

No Enem, 1 a cada 4 alunos de classe média triunfa. Pobres são 1 a cada 600

Levantamento mostra que só 293 estudantes nas piores condições socioeconômicas possíveis obtiveram notas semelhantes a de alunos de escolas de elite no maior exame do País.



Novo Governo

MEC nomeia defensora do ensino domiciliar para coordenação da Secretaria de Alfabetização

A coordenadora não possui experiência em sala de aula ou formação em Educação.

Democracia

Professora recebe segunda denúncia por citar Paulo Freire

Rosana Pinheiro Machado é cientista social e antropóloga da UFPA



IFRS

Projeto Alvorada é apresentado para o governo do Estado

Através de uma parceria com o Ministério da Justiça, o projeto deve promover a inclusão social e produtiva de pessoas egressas do sistema prisional.

Interatividade

Você pode sugerir pautas e coberturas, e fazer críticas e propostas pelo email comunica@adufrgs.org.br



Reforma da previdência: uma luta de dois rounds

Campanhas e manifestações da ADUFRGS derrotaram a proposta de Temer, mas a batalha continua no governo Bolsonaro.

Por Aline Adolphs

O modelo de Previdência Social encaminhado pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional vai dificultar – e muito – a vida dos trabalhadores e, mais ainda, das trabalhadoras. Além de aumentar a idade mínima de 60 para 65 anos, no caso dos homens, e de 55 para 62, no caso das mulheres, prevê um tempo mínimo de contribuição de 40 anos para aposentadoria integral.

Mas esse não é o pior aspecto da reforma. A possi-

bilidade de criação, por meio de lei complementar, de um sistema de capitalização é o que mais preocupa. No novo modelo, já defendido pelo governo de Bolsonaro, os trabalhadores terão que pagar a empresas privadas a alíquota correspondente à contribuição previdenciária. Isso, na prática, acaba com a previdência pública e com a solidariedade entre gerações.

Em 2016, o então presidente Michel Temer en-

viou ao Congresso uma proposta de reforma, que não incluía a capitalização, mas já prejudicava os trabalhadores na ativa e aqueles que ainda não haviam ingressado no mundo do trabalho. A PEC que, entre outras coisas, igualava a idade mínima para aposentadoria entre homens e mulheres, foi barrada no Congresso, após grandes mobilizações de rua e campanhas de mídia que mostraram os efeitos danosos da proposta.



Primeiro round: ADUFRGS protagonista

AADUFRGS-Sindical esteve na linha de frente na defesa do direito à aposentadoria e contra a reforma previdenciária do governo Temer. Para barrar a PEC 287, o Sindicato fez abaixo-assinado, pressionou deputados, foi às ruas, às redes sociais e à grande mídia. Nos meses de março e abril de 2017, a ADUFRGS participou de, pelo menos, quatro grandes manifestações.

Na Internet, criou e divulgou o abaixo-assinado “10 pontos inaceitáveis da Reforma da Previdência”, que foi entregue em mãos aos deputados, em abril de 2017, com mais de 1,8 mil assinaturas. Nos meios de co-

municação, veiculou spots em quatro rádios e anúncios no Jornal Metro, que tem distribuição gratuita em Porto Alegre, alertando para os impactos da reforma.


O ano pré-eleitoral favoreceu o debate, uma vez que os deputados estavam sensíveis à opinião de seu eleitorado. O governo já vinha recuando e admitia mudanças em alguns pontos do texto original, entre eles aqueles que se referiam à aposentadoria de professores. Antes disso, já havia sido suprimida a abrangência da PEC para servidores estaduais e municipais.

“Vamos intensificar mais

ainda esse tipo de pressão, enquanto a proposta estiver tramitando no Congresso Nacional. Nós não podemos esmorecer. Vamos continuar resistindo”, declarou, na época, o presidente da ADUFRGS, Paulo Mors. E, de fato, a entidade resistiu e ajudou a vencer o primeiro round contra o projeto impopular.

Ousadia e verdade

A pressão das entidades e movimentos sociais fez com que o Congresso Nacional instaurasse a Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência, presidida pelo senador Paulo Paim,



que resultou na cartilha “CPI da Previdência: ousadia e verdade”. A Comissão realizou 31 audiências públicas e ouviu 144 especialistas entre auditores, professores, juristas, sindicalistas, empresários, senadores e deputados.

Ficou comprovado que, ao contrário do que o governo Temer alegava e que o atual governo repete, a previdência social é superavitária. A CPI constatou que o superávit da Previdência, entre 2000 e 2015,

foi de aproximadamente R\$ 822 bilhões. Atualizado pela taxa Selic esse valor seria de cerca de R\$ 2,1 trilhões na data de conclusão da CPI, em 2017.

Outra conclusão da Comissão foi a de que os desvios, sonegações e dívidas com o INSS surrupiaram mais de R\$ 3 trilhões dos cofres da Previdência. O valor atualizado passaria dos R\$ 6 trilhões.

O relatório concluiu que o problema da Previdência não é a baixa con-

tribuição dos trabalhadores e nem o aumento da expectativa de vida. O problema é, resumidamente, de gestão, fiscalização e de desonerações. De acordo com a cartilha, é preciso cobrar dos grandes devedores e acabar com a apropriação indébita, entre outras medidas. “O dinheiro da Previdência tem que ficar na Previdência, para beneficiar aqueles que contribuíram durante anos, ou seja, o povo trabalhador brasileiro, os aposentados e pensionistas”, diz o documento.

SUPERÁVIT DA
PREVIDÊNCIA
**R\$ 2,1
TRILHÕES**

DESVIOS,
SONEGAÇÕES
E DÍVIDAS
**R\$ 3
TRILHÕES**



www.marciobaraldi.com.br

Segundo round: contra a capitalização

Mais uma vez os trabalhadores e trabalhadores do Brasil terão que reivindicar seus direitos e lutar para se aposentar com dignidade. A Proposta de Emenda Constitucional 6/2019 pretende retirar a Reforma da Previdência da Constituição e abrir caminho para a criação de um sis-

tema de capitalização similar ao do Chile, no qual as pessoas serão obrigadas a fazer uma espécie de poupança. Com isso, é o fim da Previdência solidária e cada um deverá ser responsabilizar pela própria aposentadoria, sem contrapartida do governo ou da iniciativa privada.

Sete motivos para dizer não à reforma da previdência

A ADUFGRS-Sindical é contra a Reforma da Previdência encaminhada para tramitação no Congresso Nacional. Entenda, a seguir, os principais pontos da PEC. ■

A REFORMA RETIRA PREVIDÊNCIA SOCIAL DA CONSTITUIÇÃO

O governo propõe a criação da nova Previdência por Lei Complementar, ou seja, retira da Constituição os seus princípios norteadores. “Isso é grave para o futuro, porque com qualquer maioria simples, o Congresso Nacional vai poder mudar tudo, incluindo as alíquotas e benefícios”, destaca o diretor da ADUFRGS-Sindical Eduardo Rolim.

A REFORMA PODE ACABAR COM A FUNPRES

A PEC retira a exclusividade da Funpresp como único fundo de previdência complementar para os servidores que ingressaram após 2013. Se aprovada, a nova lei abrirá a possibilidade de aprovar a contrapartida patronal para bancos e fundos privados.

O OBJETIVO É CRIAR SISTEMA DE CAPITALIZAÇÃO

A criação de um sistema de capitalização individual é o principal motivo pelo qual o governo federal enviou a proposta de reforma ao Congresso, segundo Rolim. “A capitalização individual é um sistema no qual nem o governo e nem os patrões da iniciativa privada fazem contrapartidas ou aportes à previdência dos trabalhadores. Esse tipo de sistema é entregue a bancos e a fundos de pensão internacionais”, explica o professor. O modelo foi adotado no Chile e levou milhões de pessoas à miséria (veja box sobre o exemplo chileno na página 14).

QUEM GANHA ACIMA DO TETO VAI PAGAR A CONTA

A proposta indica que servidores e aposentados que ganham acima do teto poderão ser obrigados, por lei complementar, a pagar contribuições extraordinárias para financiar o suposto déficit da Previdência, que, como já foi comprovado pela CPI, não existe.

FIM DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Hoje, um professor ou um servidor público que venha a ter doença grave tem o direito a se aposentar por invalidez. Pela nova proposta, a aposentadoria será concedida somente por incapacidade permanente. Ou seja, as pessoas serão obrigadas a continuar trabalhando mesmo vulneráveis física e psicologicamente.

AUMENTO CRUEL DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, INCLUSIVE PARA AQUELES QUE ESTÃO PRÓXIMOS DA APOSENTADORIA

Quem está próximo de se aposentar será prejudicado pela reforma, pois o tempo mínimo de contribuição para aposentadoria integral será de 40 anos. Ou seja, professoras que estão prestes a se aposentar com 25 anos de trabalho, terão que trabalhar muito mais a partir da aprovação da reforma, mesmo com as regras de transição.

A REFORMA PREJUDICA A TODOS: IDOSOS, PESSOAS NA ATIVA E AS FUTURAS GERAÇÕES

A reforma não serve para combater privilégios, como propaga o governo. Na verdade, ela prejudica os trabalhadores da ativa, principalmente as mulheres, que terão que trabalhar mais, mesmo tendo jornada historicamente maior que a dos homens; os idosos que estão próximos de se aposentar e as futuras gerações que já entrarão no mundo do trabalho tendo que contribuir com o sistema de capitalização.

Por essas razões, a ADUFRGS luta, mais uma vez, ao lado de outras entidades e movimentos sociais, contra a aprovação da Reforma da Previdência.

O professor Eduardo Rolim explica os principais pontos da reforma. **Acesse o Portal Adverso e assista aos vídeos.**



DESASTROSO

O exemplo do Chile

**PREVIDÊNCIA
SOCIAL**
(REGIME SOLIDÁRIO)

CAPITALIZAÇÃO
(REGIME INDIVIDUAL)

Solidariedade entre gerações

(a contribuição dos trabalhadores da ativa ajuda a garantir o pagamento do benefícios aos aposentados)

Empregado contribui com uma alíquota de 8 a 11%, dependendo da sua remuneração. Contribuição patronal é de 20%.

Recursos são geridos pelo Estado

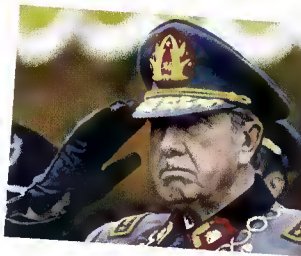
Poupança individual

(Os empresários deixam de pagar a Previdência do empregado, que passa a contribuir individualmente. Ao se aposentar, ele terá um benefício proporcional ao que "poupou")

Contribuição do empregado será de, no mínimo, 10% mais a taxa de administração, já que os valores serão geridos por fundos privados (bancos). Os empresários são isentos de contribuição.

Recursos são geridos por bancos privados

O modelo de capitalização que o governo Bolsonaro pretende implantar no Brasil é inspirado no infausto exemplo chileno. Implantado em 1981, durante a ditadura do general Augusto Pinochet, o sistema vem sendo revisado desde a gestão da presidente Michele Bachelet.



A contribuição é feita exclusivamente pelo trabalhador, sendo que a menor alíquota é de 10%, com 20 anos de contribuição, no mínimo. As mulheres não podem se aposentar antes dos 60 anos e os homens antes dos 65.

Desde que foi implantado o sistema de capitalização, o padrão de vida dos chilenos despencou, junto com o valor dos benefícios: os homens ganham 1/3 do que ganhavam na ativa e, as mulheres, apenas 1/4. Isso ocorre porque a contribuição unilateral não garante uma aposentadoria satisfatória, o que ocorre quando existe solidariedade entre gerações.



Um estudo do Ministério de Saúde do Chile, em parceria com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), revelou uma situação alarmante: a relação entre o baixo valor do benefício pago aos aposentados e o crescimento dos índices de suicídio entre a população com mais de 70 anos. Atualmente, o país tem o maior número de idosos que tiram a própria vida da América Latina.

O Chile foi o primeiro país latinoamericano a implantar o sistema de capitalização, mas não o único. O Peru, a Colômbia e o México seguiram o mesmo caminho e, hoje, enfrentam os mesmos problemas. O Peru discute aumentar a alíquota de contribuição. Na Colômbia, com a extensão do emprego informal, poucos contribuem e a tendência é que a maioria nunca se aposente. Já no México, o novo governo deve propor medidas para atenuar o impacto negativo na vida dos trabalhadores.





ESCOLA SEM PARTIDO





Caça às bruxas na Educação

Texto: Manoela Frade

A guerra ideológica tem marcado o passo do governo de Jair Bolsonaro. Desde a campanha eleitoral, os brasileiros passaram a conviver com um vocabulário pouco usual na história recente do País: “marxismo cultural”, “doutrinação marxista”, “ideologia de gênero”, “globalismo”, “gigantismo estatal”.

O discurso repetido pelo presidente e seus ministros tem reforçado símbolos comportamentais ultraconservadores, que negam avanços em diversas áreas, notadamente nas questões de gênero e da livre orientação sexual. Porém, enquanto o presidente incen-

deia os ânimos pelas mídias sociais, o governo pauta projetos duríssimos para a população, como a Reforma da Previdência.

“É uma cortina de fumaça densa, mas também uma ameaça real para o futuro da Educação”, prevê o vice-presidente da ADUFRGS-Sindical, Lúcio Vieira. Aliás, a educação tem sido um dos alvos centrais do novo governo. Em 31 de dezembro, um dia antes de tomar posse, Bolsonaro usou sua conta no Twitter para dizer que vai “combater o lixo marxista”, para melhorar a posição do País nos rankings de educação do mundo. Recentemente, apontou a me-

tralhadora diretamente contra as universidades públicas. “Uma das metas para tirarmos o Brasil das piores posições nos rankings de educação do mundo é combater o lixo marxista que se instalou nas instituições de ensino. Junto com o Ministro de Educação e outros envolvidos vamos evoluir em formar cidadãos e não mais militantes políticos”, disparou.

Para executar o seu plano de eliminação dos “comunistas-esquerdistas-marxistas-anticristãos”, Bolsonaro escolheu a dedo o ministro da Educação, a quem, antes da indicação oficial, perguntou: “Você

O presidente da Comissão Especial da Câmara que analisa o projeto de lei sobre a Escola sem Partido, deputado Marcos Rogério, criticou parlamentares favoráveis ao projeto, que segundo ele, não têm comparecido às sessões. Foto: Alex Ferreira/Câmara dos Deputados



Alex Ferreira/Câmara dos Deputados

tem faca nos dentes para enfrentar o problema do marxismo no MEC?”. “Faço isso há trinta anos”, respondeu o então futuro ministro. Sem nenhuma experiência de gestão e desconhecido no meio educacional brasileiro, o colombiano naturalizado brasileiro se tornou o maior expoente das experimentações comportamentais defendidas pelo presidente da República.

Vélez foi uma indicação de Olavo de Carvalho, espécie de “guru” de Bolsonaro, professor de filosofia sem nunca ter concluído nenhum curso universitário, e uma unanimidade virtual da extrema-direita brasileira. Conhecido pela publicação de vídeos polêmicos, com linguajar chulo, lá dos Estados Unidos, onde vive desde 2005, já recebeu elogios de Janaína Paschoal, Alexandre Frota, Lobão e é usado com frequência como referência

pela família Bolsonaro.

São dele expressões como “doutrinação ideológica marxista” no ensino público brasileiro, repetidas como um mantra entre os membros do governo. Já no discurso de posse, Vélez declarou que iria combater o “marxismo cultural, hoje presente em instituições de educação básica e superior”, que é, segundo ele, “uma ideologia materialista alheia aos nossos mais caros valores de patriotismo e de visão religiosa do mundo”. Vélez acabou demitido por Bolsonaro no dia 8 de abril.

Nos três meses à frente do MEC, Ricardo Vélez não apresentou nenhuma proposta concreta para a pasta, além de ameaçar os fantasmas das gestões anteriores com a Lava-Jato da Educação e pedir para que diretores de escolas gravassem crianças cantando o hino nacional, sem autori-

zação dos pais. Numa só entrevista, Vélez declarou que a educação básica vai ser prioridade sobre a educação superior, sem dizer como fará isso. Disse que a universidade não é para todos e que representa uma elite intelectual para a qual nem todo mundo está preparado, tem disposição ou capacidade. Chamou o brasileiro no exterior de “canibal”, que rouba coisas em hotéis, e afirmou que é esse “tipo de coisa que tem que ser revertido na escola”. Foi nessa mesma entrevista, concedida no início de fevereiro ao jornal Valor Econômico, que Vélez deixou claro que o projeto Escola Sem Partido é o modelo a ser seguido pelo MEC. Questionado se apoiava o projeto, Vélez Rodriguez afirmou que “se José Dirceu (ministro do governo Lula) achou o fim da picada, é porque o Escola sem Partido deve ser algo bom” (sic).

Escola com censura

O Escola sem Partido surgiu em São Paulo, em 2014, por iniciativa do advogado e procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib. No site do movimento, estão publicados artigos e depoimentos de pessoas que acreditam que as escolas brasileiras (da educação básica à superior) são antros de doutrinação. Segundo seus adeptos, “com o pretexto de transmitir aos alunos uma visão crítica da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”. Nos objetivos, o grupo diz que quer dar visibilidade ao “problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários”.

Em 2014, o movimento ganhou força quando o deputado Flávio Bolsonaro tentou transformá-lo em lei no Rio de Janeiro. E foi ao ápice, em 2018, como plataforma de campanha de Jair Bolsonaro e nos debates do projeto de Lei no Congresso.

Mesmo derrotado na Câmara em 2018, o projeto segue na pauta do Congresso e no discurso do governo. No primeiro dia do ano legislativo, a deputada Bia Kicis (PSL/DF) protocolou uma nova versão do Escola Sem Partido. De forma geral, a orientação é a mesma do PL

7180/14, arquivado no ano passado: “entendemos que é necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções”, diz o texto.

“A tendência é que o Escola Sem Partido volte com força total e com chance de ser aprovado no plenário.”

Russel Teresinha, articuladora da Frente Gaúcha Escola sem Mordaça

No entanto, o projeto de lei traz novidades, como assegurar aos estudantes o direito de gravar as aulas, com a justificativa de que a medida permitirá melhor absorção do conteúdo e garantirá o direito de pais e responsáveis de terem ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados na escola. Além disso, veda a promoção da atividade político-partidária por grêmios estudantis.

“O novo texto pega elementos das primeiras versões, mas se assume muito mais reacionário”, afirma a professora da UFRGS Russel Teresinha, articuladora da Frente Gaúcha Escola Sem Mordaça e membro do coletivo Professores pela Democracia da UFRGS. Desde 2016, a Frente reúne sindicatos, entidades educacionais, educadores, alunos e parlamentares, para defender o direito a uma escola livre. Segundo Russel, a volta do debate no Congresso já era esperada pela Frente. “Essa nova legislação é mais conservadora que a anterior e a tendência é que o Escola Sem Partido volte com força total e com chance de ser aprovado no plenário”. Ano passado, a estratégia da oposição era justamente levar o debate para o plenário, “porque se sabia que era um tema sobre o qual os políticos não iam querer se expor muito em ano eleitoral”, lembra Russel. Agora, no entanto, o tema “até fortalece boa parte dos deputados eleitos”.

A deputada Bia Kicis (PSL/DF) é um exemplo que ilustra bem esse novo Congresso do qual Russel fala. Além de assinar o novo texto do projeto, Bia defende abertamente as principais batalhas ideológicas do governo. Pelo Twitter, tática de “comunicação direta com o povo” extraída da cartilha Bolsonaro, Bia defende ferozmente temas polêmicos, como a Reforma da Previdência e a intervenção na Venezuela.

“Temos um quadro difícil, desfavorável e sombrio”, avalia Russel. “É uma legislatura muito conservadora”. Por outro lado, ela vê uma rearticulação muito forte das forças de resistência. A Frente Nacional Escola Sem Morança volta com bastante força e atenta. A estratégia desse ano, segundo Russel, responsável pela produção de pesquisas sobre o tema, mantém uma linha de atuação “corpo a corpo com parlamentares” e a produção de conteúdos que fortaleçam o discurso da oposição. “O projeto é inconstitucional”, diz, e a ideia é munir a oposição de dados e argumentos.

Mesmo com o Congresso conservador que se elegeu, o debate sobre o direito de ensinar e aprender não

vai se encerrar no projeto Escola sem Partido. No sentido oposto, dois projetos foram apresentados por parlamentares da oposição. Em conjunto, as deputadas Talíria Petrone, Luiza Erundina, Fernanda Melchionna e Sâmia Bomfim, do PSOL, apresentaram o PL 502/2019. O projeto pretende instituir, em todo o território nacional, o programa Escola Sem Morança. O texto defende as liberdades de ensino e aprendizagem, a gratuidade do ensino público, o pluralismo de ideias, a educação contra o preconceito, respeito pela liberdade religiosa e a pluralidade – assim como proíbe a censura dentro ou fora da sala de aula. O artigo primeiro ratifica o preceito constitucional, que diz: “Todos os professores, estudantes e funcionários são li-

vres para expressar seu pensamento e opinião.” O deputado Alexandre Padilha (PT-SP) tem o mesmo objetivo com o Projeto de Lei Escola Livre nº 375/2019.

A onda conversadora não barrou a resistência, pelo contrário, unificou a luta. Em contraponto, foram surgindo diversas ações, como a pioneira Frente Gaúcha, que hoje oferece, inclusive, um canal de denúncias e atendimento jurídico para professores e alunos que se sintam intimidados. O Ministério Público Federal também conseguiu juntar atores importantes na defesa dos direitos humanos, e passou a acompanhar o projeto Escola Sem Partido por meio do Fórum de Combate à Intolerância e ao Discurso de Ódio. A ADUFRGS-Sindical



AADUFRGS integra o Fórum Permanente de Combate à Intolerância. Na foto, o Presidente do Sindicato, Paulo Mors, e em uma reunião do grupo.

faz parte das duas iniciativas. O procurador federal Enrico Rodrigues de Freitas, que coordena o Fórum, compara as ideias do projeto aos debates da idade média, quando a autonomia universitária era pauta da greve dos estudantes da Universidade de Paris. Enrico acredita que o Supremo Tribunal Federal, da maneira como está constituído hoje, salvo uma ruptura institucional, deve declarar o Escola Sem Partido inconstitucional.

Uma das entidades que participa do Fórum com a ADUFRGS é a Associação Mães e Pais pela Democracia, presidida pela socióloga Aline Kerber. O movimento surgiu após as reações contrárias às manifestações de estudantes em escolas de Porto Alegre no dia seguinte à eleição. Estudantes de pelo menos três escolas de Porto Alegre deram-se as mãos vestidos de preto, no dia seguinte à vitória de Ja-


ir Bolsonaro. No dia 8 de março, o movimento virou uma associação, integrado por mães e pais de 36 instituições de ensino, públicas e privadas, do Rio Grande do Sul. "Seremos linha de frente da resistência, para garantir uma educação livre e plural para nossas filhas e filhos. Não vamos aceitar a censura na escola. Não vamos nos calar frente à falta de respeito aos professores", defende Aline Kerber. ■

Longe do Fim

Os debates acalorados sobre o papel do professor e da própria educação mostram que o tema vai continuar nas manchetes nos próximos anos. Uma prova foi dada pelo próprio presidente Jair Bolsonaro durante o carnaval deste ano. Sem apresentar qualquer proposta, Bolsonaro disse que o Brasil gasta muito e investe mal os recursos em educação. Comemorando a criação da Lava-Jato da Educação, ele soou um alarme para as gestões anteriores. Numa espécie de caças às bruxas, disse que "dados iniciais revelam indícios muito fortes que a máquina está sendo usada para manutenção de algo que não interessa ao Brasil".

"Ninguém solta a mão de ninguém": esse lema marcou o encontro entre a Frente Gaúcha Educação Democrática e parlamentares gaúchos, realizado em novembro de 2018.





Revogação da EC 95 é luta prioritária da ADUFRGS em 2019

Impacto da emenda que congelou os investimentos em áreas prioritárias já é desastroso

A revogação da Emenda Constitucional 95, que ficou conhecida como Teto de Gastos, é uma das prioridades da ADUFRGS-Sindical em 2019. O tema está na pauta desde a aprovação, em dezembro de 2016, da emenda que congelou os investimentos em educação, saúde, segurança e CT&I pelos próximos 20 anos.

Em dois anos, a EC já impacta diversos setores, da pesquisa ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE). Porém, os efeitos mais imediatos atingem as populações de baixa renda, afetadas pelo cresci-

mento da mortalidade infantil e falta de medicamentos em postos de saúde e hospitais, por exemplo.

Na educação, todas as áreas foram atingidas: da infantil até a pesquisa acadêmica. Em Conferência Livre, realizada em maio de 2018, em Porto Alegre, o diretor de Políticas Educacionais do PROIFES-Federação, Gil Vicente de Figueiredo, apresentou um estudo com projeções que apontam o quanto o ensino público, gratuito e de qualidade está ameaçado.

A previsão é de que os investimentos em educação

caiam entre 25 e 35% em 10 anos, o que ameaça a continuidade dos Institutos Federais (IFs) no Brasil. O impacto dessa política de cortes já é sentido também nas escolas e universidades públicas, onde falta dinheiro até para custear a água e a energia elétrica.

Se a situação se mantiver, o País ficará longe do patamar dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) que deveriam ser investidos até 2024, segundo o PNE. “Em 2035, estaremos investindo o mesmo que investíamos nos anos 90. Um desastre total que é a cara do golpe em curso”, sustenta Gil Vicente.



As consequências da EC 95 para a Educação já podem ser sentidas, como uma torre pronta a desmoronar. A abertura de universidades e institutos federais, por exemplo, que deu um grande salto de 2003 para 2015, hoje está estagnada. Os investimentos na educação superior reduziram drasticamente e as projeções indicam queda no percentual em relação ao PIB.

Investimentos em universidades e IFs em declínio

A ADUFRGS vem denunciando, reiteradamente, no portal de notícias ADverso, a queda dramática do orçamento das universidades e institutos federais. Juntando as duas instituições (universidades e institutos federais), os recursos foram reduzidos em mais de R\$ 12 bilhões, entre 2015 e 2018. A tendência é que a situação se agrave e fique insustentável.

Para o presidente do PROIFES, Nilton Brandão, a lógica é que a precarização leve à privatização, acabando com o ensino superior público de qualidade. “Essa emenda compromete as universidades e institutos federais na lógica de precarizar para privatizar. Com redução de investimentos, como podemos falar de qualidade das universidades?”, afirma Brandão.

Pesquisa, ciência e tecnologia também perdem

Os investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia seguem a mesma tendência de cortes e apresentam uma redução de 60% nos últimos cinco anos. Por essa razão, a comunidade científica deve intensificar a pressão sobre o Congresso Nacional para que revogue a Emenda Constitucional 95.

Em entrevista ao Portal ADverso, publicada em 24 de janeiro de 2019, o presi-

dente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Moreira, referiu-se à aprovação do Teto de Gastos como “um tiro no pé”. “A EC 95 é um obstáculo muito sério para o desenvolvimento do País. Os pesquisadores, muito jovens, já estão desistindo de ir para a área de ciências. Uns estão ficando no Exterior e outros estão buscando meios de ir para lá. Grupos de pesquisa estão sendo desmantelados”, denunciou Moreira.

**“Em períodos de crises, os países apostam em ciência e tecnologia, e a gente faz o movimento contrário. É um tiro no pé.”
Ildeu Moreira,
presidente
da SBPC**

Ele citou o CNPq como exemplo desse abandono. Segundo ele, só há orçamento para o pagamento de bolsas até setembro. “Depois disso, mais nada. Mesmo que os pesquisadores busquem recursos em outros ministérios, a EC 95 barra os investimentos”, alertou.

Consequências para a educação infantil

O PNE estabelece políticas educacionais até 2024

que não serão viáveis com o teto de gastos. “Já estamos sofrendo o retrocesso. Essa medida adotada para privilegiar o capital internacional especulativo, seguindo a orientação econômica neoliberal, está impossibilitando o cumprimento do Plano Nacional de Educação”, critica o presidente da ADUFRGS-Sindical, Paulo Machado Mors.

Entretanto, não é só o ensino superior que perde. A educação infantil, por exemplo, não poderá ser ampliada, já que as matrículas para crianças na faixa de zero a três anos teriam que aumentar consideravelmente. Durante a Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), que ocorreu em Belo Horizonte no final de janeiro, a professora Matilde dos Santos, da ADUFSCAR, afirmou que a meta 1 do PNE determina que as crianças nesta faixa etária teriam que alcançar 25% de matrículas até 2024, mas com o congelamento, não alcançarão nem metade deste total.

E o problema vai além. “Não é só aumentar as matrículas, tem que ter qualidade, não queremos um depósito de crianças. E isso tem que passar por dar um salário digno aos professores e professoras”, esclarece Gil Vicente.

O ensino profissionalizante e o EJA

O ensino profissionalizante também enfrenta difi-

culdades para alcançar a meta de triplicar o número de matrículas, prevista no PNE. De acordo com o vice-presidente da ADUFRGS-Sindical, Lúcio Vieira, a meta é crescer 200% em 10 anos. “Mas em função dos cortes orçamentários, e das dificuldades dos estados em expandirem suas escolas

técnicas e profissionalizantes, somadas à natural diminuição da oferta de vagas nos municípios, será muito pouco provável que se alcance essa meta”, ressalta.

No caso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme a professora do Instituto Federal do Paraná, Ro-

sângela Gonçalves (SINDI-EDUTEC-PR), será a primeira modalidade afetada. “Há um forte preconceito com relação ao EJA”, lamentou. “Enquanto não lutarmos contra este prejulgamento, e sabermos que é preciso oferecer educação continuada para esse sujeito, as metas não serão alcançadas”. ■

E as outras áreas?

Diversas outras áreas fundamentais para a qualidade de vida da população foram atingidas pela EC 95, entre elas a saúde e a segurança pública, como apresentam alguns dados do relatório “Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil”, produzido pelo Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert.



SAÚDE

Mortalidade infantil cresce, depois de 26 anos de queda. 2018 – aumento de 11%.

Recursos para o SUS cairão de 1,7% do PIB para R\$ 1,2% do PIB até 2036.



CULTURA

Programa Cultura Viva, que viabilizou pontos de cultura em todo o País teve seu orçamento reduzido de R\$ 100 milhões para R\$ 12 milhões, em 2017.



MEIO AMBIENTE

Queda dos recursos empenhados a partir de 2014:

33% a menos para preservação e conservação ambiental.

22% a menos para recursos hídricos.

38% a menos para controle ambiental.



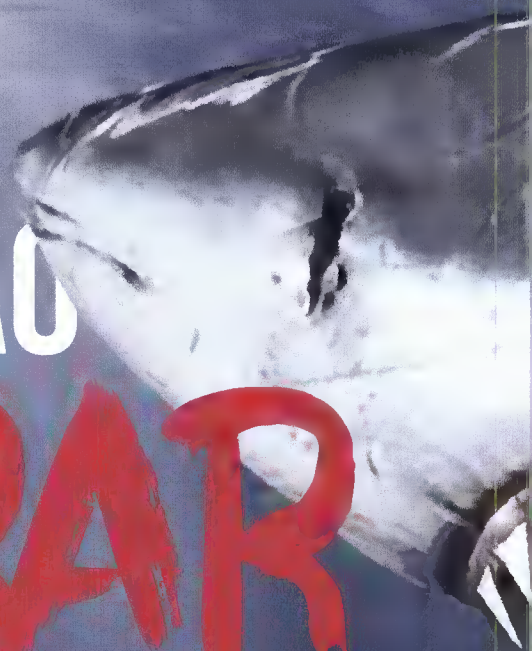
AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar não tem sido mais reconhecida como categoria produtiva. Para 2018, as ações para este setor não chegaram a ¼ do valor investido em 2017, que já era menos do que 10% do que foi destinado em 2015.



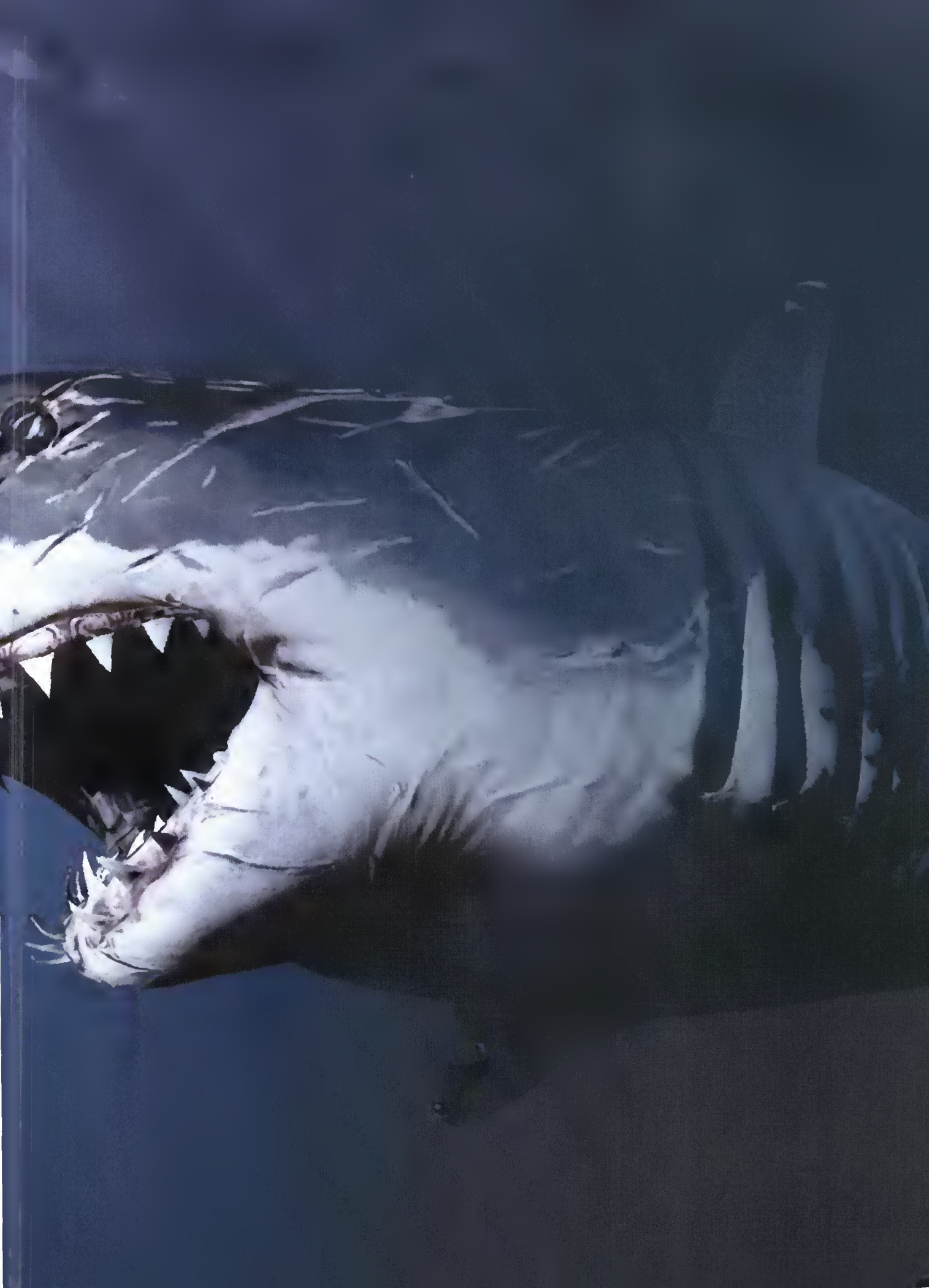
POLÍTICAS PARA AS MULHERES

O programa para promover a autonomia e combate à violência, que tinha recursos orçamentários de R\$ 147 milhões em 2014 e passou para R\$ 24 milhões em 2018, sofreu uma queda de 83%.



EDUCAR, NÃO LUCRAR

A visão mercantilista que ameaça a educação pública no continente está no centro das ações da Internacional da Educação para América Latina (IEAL). Em âmbito mundial, a IE lançou a campanha "Educar, não lucrar", que articula uma resposta global focada na informação e na comunicação com a sociedade. Em 2018, com a participação da ADUFRGS, a Conferência Regional de Educação Superior (CRES), realizada em Córdoba, aprovou, em seu documento final, que a Educação Superior é um bem público social, um direito humano e universal e um dever dos Estados. Para saber mais sobre este tema, acesse www.portaldaverso.com.br.





Lucro acima de tudo

Por Manoela Frade

Há 40 anos, a educação era um dos poucos setores resguardados da especulação do capital financeiro. “Hoje, porém, ela sofre um ataque sem precedentes”, alerta o diretor mundial da Campanha contra a Privatização e Comércio Educativo da Internacional da Educação (IE), Angelo Gavrielatos. Desde a década de 1990, com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a assinatura do Acordo Geral de Comércio (AGCS), conglomerados multinacionais obtiveram suporte jurídico internacional para transformar a educação em “serviço comercial”. De lá pra cá, a América Latina e a África

se tornaram os principais alvos do domínio do serviço educacional com foco no lucro dos fundos de investimento. “As corporações globais de educação e capitalistas de risco têm tentado influenciar e controlar a educação para satisfazer suas motivações de lucro”, relata Gavrielatos. “Eles procuram exercer sua influência de inúmeras maneiras. Seja na forma de pressionar direta ou indiretamente os governos para privatizar ainda mais a educação pública, liberalizar o setor por meio de acordos de livre comércio ou tentando influenciar agências intergovernamentais a promover a privatização”, aponta.

Gavrielatos é o responsável pelo monitoramento global e porta-voz da IE na campanha Educar, Não Lucrar, uma ação mundial com foco em três pilares: pesquisa, comunicação e unidade e solidariedade na ação. “A pesquisa nacional nos fornece dados objetivos para melhorar o foco das metas de nossa campanha e informações para desenvolver uma narrativa que se contraponha à narrativa hegemônica, destinada a promover e acelerar a comercialização e privatização da educação. As metas e objetivos da campanha, conseguidos por meio da pesquisa, impulsionam o desenvolvimento e implementação de planos nacio-

nais, que nos permitem construir unidade dentro e através das nações”, esclarece.

A IE é formada por mais de 400 associações e sindicatos de 171 países, representando mais de 32 milhões de profissionais do setor educacional, incluindo, no Brasil, o PROIFES-Federação, a CNTE e a CONTEE. A vice-presidenta da Internacional da Educação para a América Latina, Fátima Silva, da CNTE, explica que o principal objetivo da campanha é barrar o processo de mercantilização e privatização da educação pública no mundo, com especial foco na América Latina e na África. “Estes dois continentes são mais duramente atingidos pelos ‘incentivos’ da Organização Mundial do Comércio, da

OCDE e também dos governos locais”. Segundo Fátima, a IE luta para “garantir educação pública para todos os cidadãos do mundo, desde a primeira infância até a universidade. A educação como um bem público, um direito humano, ofertada e garantida pelo Estado. Temos essa preocupação porque o avanço da mercantilização, da privatização do setor, tem feito a educação perder esse caráter. Não sendo um direito, só quem tem dinheiro, tem acesso”, lamentou.

O temor dos movimentos que defendem a educação como direito e não como serviço tem fundamento. Todos os estudos e pesquisas a respeito do avanço do capital financeiro sobre a educação dão conta de

que a mercantilização do setor cresce a passos largos, sem encontrar grande resistência. Fátima Silva esclarece que, no primeiro balanço do ano, realizado pela IE em janeiro de 2019, os movimentos concluíram que “o processo de mercantilização da educação no mundo avançou em 2018 e já dá sinais de que vai se aprofundar em 2019”. Segundo Fátima, os países de maior dificuldade financeira na África e América Latina continuam sendo os principais alvos, mas o processo se alastra também sobre a Europa, no Reino Unido, por exemplo. Na América Latina, disse, “a questão do mercado educativo cresceu em todos os países, com relação a 2018. O único país que foge à regra é a Bolívia”.





Um gigante vai às compras

A Kroton Educacional é um caso perfeito para ilustrar o avanço do capital financeiro sobre a educação. O grupo começou como um cursinho pré-vestibular, chamado Pitágoras, na década de 1960 e hoje é o maior grupo educacional do mundo, com mais de 1 milhão de matrículas e líder da educação a distância no País. Durante dez anos, a Kroton fez quase 30 aquisições, que lhe renderam a posição de líder sem qualquer resistência. Em 2017, no entanto, uma derrota acabou antecipando outros planos de expansão. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgão responsável pela política antitruste no Brasil, negou a fusão da Kroton com a Estácio de Sá. Os argumentos trataram de concorrência desleal, vantagem competitiva pela força da marca Kroton e a concentração do mercado de educação a distância. Juntas, somariam 1,5 milhão de alunos, 1.080 polos de ensino a distância e 213 campi, ou seja, 23% do mercado de educação no Brasil. Especificamente na modalidade a distância, a Kroton já possui 37% do mercado, e passaria a deter 46% após a operação, aumentando ainda mais a capilaridade nacional. Para negar a fusão, o CADE considerou que a concentração de mercado poderia “impactar os preços cobrados e reduzir os incentivos à diversificação, à melhoria da qualidade e à inovação no ensino superior”.

A questão da qualidade da educação é outro ponto de atenção dos movimentos soci-

ais. “Qualidade é algo subjetivo”, aponta o diretor de Relações Sindicais da ADUFRGS-Sindical, Eduardo Rolim, “mas não é subjetivo dizer que não pode ser universidade sem um patamar mínimo de doutores, que não pode ser universidade se não tiver um patamar mínimo de professores com dedicação exclusiva, que não pode ser universidade se não tiver tantos cursos de pós-graduação, porque essas exigências forçam

**“Onde a intenção do lucro prevalece, estudantes e funcionários são reduzidos a unidades econômicas – são comprados e vendidos.”
Gravrielatos**

as instituições a se qualificarem”. Segundo ele, “as empresas privadas não querem nenhum tipo de controle, nenhum tipo de exigência de titulação mínima dos professores, exigências e garantias de que eles tenham dedicação exclusiva”. Por sua vez, Gravrielatos aponta que o lucro é a única intenção e “onde a intenção do lucro prevalece, estudantes e funcionários são reduzidos a unidades econômi-

cas – são comprados e vendidos. Nesse cenário, o acesso, equidade, qualidade e condições de trabalho e aprendizado dos estudantes e funcionários são comprometidos em nome do interesse de maximizar o lucro”, reflete.

Na manhã seguinte à negativa do CADE, a Kroton reuniu seus 74 principais executivos. “Sabíamos que precisávamos construir um plano estratégico”, afirmou Rodrigo Galindo, presidente da companhia, no Kroton Day de 2017, evento anual para estreitar relações com analistas, gestores e investidores de mercado.

Naquele dia, a Kroton apresentou um plano estratégico ampliando o foco de atuação que era direcionado à graduação. A estratégia da empresa guinou para a pós-graduação lato sensu (especializações como MBAs) e cursos preparatórios para concursos, além de ampliar a participação na educação a distância, entrar no mercado internacional e, principalmente, embarcar de vez na educação básica. O mercado de educação básica no Brasil movimenta R\$ 60 bilhões por ano em mensalidades e pode crescer muito mais. Ao contrário da educação superior, na qual 75% das matrículas estão em instituições privadas de ensino, na educação básica, 18,6% das matrículas são privadas, ou seja, 81,4% dos alunos brasileiros estudam em escolas públicas. Um contingente de 39,4 milhões de estudantes, potencial enorme de crescimento para a Kroton.

Educação básica a serviço do mercado

Nesse novo caminho, já em 2018, a Kroton passa a ser também a líder no ensino fundamental e básico no País, de novo sem qualquer resistência. Em abril de 2018, a companhia comprou o controle da Somos Educação (antiga Abril Educação) por R\$ 4,6 bilhões. O grupo é dono das editoras Ática, Scipione, Saraiva e Atual, da escola de inglês Red Balloom, e de escolas próprias, cursos pré-vestibulares e idiomas, além de sistemas de ensino, como Sigma e Anglo, e produção de materiais didáticos. “Para a Kroton não interessava entrar no mercado sem ser a primeira. Se ela fosse comprar uma unidade em cada capital do Brasil e fazer a expansão, o processo seria muito lento”, afirmou à Revista Isto É Dinheiro, Carlos

Antonio Monteiro, presidente da CM Consultoria, especializada em educação, logo após o negócio.

Mas a compra pulverizada também é plano da companhia. A Kroton já anunciou que vai comprar escolas menores do segmento premium, aquelas com mensalidades acima de R\$ 1.250. O efeito disso é duplamente perverso: cria privilégios e acaba dividindo a sociedade ao meio. Ao separar a classe média e alta em escolas privadas e altamente elitizadas, essa visão privatista inverte a lógica de um modelo inclusivo, universal e público de educação básica, previsto na Constituição Federal brasileira. Essa noção separa a sociedade em ricos e pobres, e aprofunda as distâncias e desigualdades socia-

is, como alertam os movimentos sociais. Para Allan Kenji, pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que estuda a atuação dos grupos empresariais na educação, o eixo é a dependência. “Eles estão adequando a educação ao tipo de lugar que foi determinado para o Brasil no mundo. O tipo de educação que eles estão dispostos a ofertar, seja na educação básica ou superior, e na infantil também, é perfeitamente alinhada a um projeto de país subordinado”. E pensada assim, afirma Gavrielatos, de forma mercantilizada, “a educação cria e fortalece desigualdades, precariza as condições de trabalho e os direitos dos professores, e corrói as decisões democráticas e o financiamento público”.

Ao separar a classe média e alta em escolas privadas e altamente elitizadas, essa visão privatista inverte a lógica de um modelo inclusivo, universal e público de educação básica, previsto na Constituição Federal brasileira.



Dinheiro público alavancou o setor privado

Outra questão de fundo é, justamente, a apropriação do investimento público pelo setor privado. Tanto na educação superior, por meio de subsídios e incentivos fiscais, como na educação básica, a principal crítica dos movimentos sociais, especialistas e defensores da educação pública, é que a expansão do setor privado se deve, fundamentalmente, à transferência de recursos públicos.

Em entrevista ao Portal Sul 21 no ano passado, o diretor de Relações Sindicais da ADUFRGS-Sindical, Eduardo Rolim, apontou que os recursos do governo federal destinados à manutenção do Financiamento Estudantil (Fies), por exemplo, saltaram de cerca de R\$ 1 bilhão, em 2013, para R\$ 13 bilhões em 2016. Em 2018, a Lei Orçamentária Anual previa R\$ 19 bilhões para o programa. “A gente financia, com dinheiro público, a enorme expansão do sistema privado. Mesmo dentro de um governo popular, o incremento dos recursos voltados para o FIES foi enorme, isso ajudou a fazer com que o sistema privado crescesse gigantesca-mente”, diz.

A partir de 2017, alguns ajustes foram feitos no FIES, o que gerou, de acordo com o Allan Kenji, “um cenário de redução do fundo público”. Segundo Allan, essas mudanças e a decisão do CADE

foram determinantes para o grupo rever sua atuação. Entretanto, a lógica de acessar o recurso público seguiu a mesma. “A minha hipótese é a de que esses grupos controladores vão adquirir os sistemas de editoras e os sistemas de ensino, porque o foco deles é o fundo público, seu mercado são as escolas públicas de educação básica”, diz. A editora Ática e a Scipione, por exemplo, são duas gigantes na produção de material escolar.

“Temos um grupo empresarial que é proprietário desde universidades até a editoração dos livros que nossos filhos vão usar.”

Eduardo Rolim

E o maior mercado comprador de material didático são as escolas públicas. “Quer dizer, temos um grupo empresarial que é proprietário desde universidades até a editoração dos livros que nossos filhos vão usar”, adverte Eduardo Rolim.

Na opinião da IE, parte do

problema também se deve ao “abandono dos governos, que deixaram de cumprir a obrigação primária de financiar e apoiar adequadamente a educação pública”. Por isso, para Gavrielatos, a entrada do capital financeiro na educação é muito mais do que a transferência de recursos para o setor privado. “A principal preocupação é que o setor público seja substituído de forma irrestrita pelo mercado e as empresas globais determinem o nosso futuro”, alerta. A estratégia desses grupos, aponta Fátima Silva da IEAL, é depreciar o ensino público e conseguir se apropriar do conteúdo ensinado em sala de aula para dominar os currículos escolares. E isso tem tudo a ver com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio, aprovada e homologada no final do ano passado, e também com as mudanças no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) realizadas em 2017. “O programa brasileiro de distribuição gratuita de livro didático é o maior do mundo. Razão pela qual os grupos privados atuam fortemente no setor, fazendo articulações dentro do próprio Ministério da Educação. A BNCC, por exemplo, prevê que a distribuição de livros, até agora feita a cada três anos, passará a ser anual”, aponta Fátima. Mas a disputa não é só do mercado editorial. “Também existe uma disputa curricular, de conteúdo”.

Apartheid educacional

O pesquisador Allan Kenji tem a opinião de que a guinada desses grupos muda o objetivo estratégico da educação básica. “Nesse sentido acho que se coaduna muito com a reforma do ensino médio e a BNCC. Quando a gente olha o que o capital tem demandado da escola, fica claro como esses projetos estão articulados, embora pareçam isolados”. Em 2010, lembra Allan, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou um documento dizendo o que ela queria da formação da força de trabalho no Brasil: que os estudantes soubessem ler e escrever, que fizessem as quatro operações matemáticas básicas e que compreendessem a lógica formal simples, ou seja, entendessem que uma coisa tem uma causa e um efeito. “E que isto deveria ser o centro de todos os projetos de reforma

a serem encadeados pelo governo a partir dali”.

A reforma do ensino médio era uma demanda estratégica para esses grupos controladores da educação superior. A preocupação deles na última década, aponta Allan, foi a queda das matrículas e a evasão escolar no ensino médio. “Se você não consegue habilitar os estudantes no ensino médio, eles não têm diploma para continuar a educação no âmbito superior. Então, era um fluxo de mercado para eles. E eles demandavam que o ensino médio aprovasse de forma automática, que fosse flexibilizado, que fosse destituído de um sentido próprio e servisse como um meio de trânsito entre o ensino fundamental e a compra de vagas nas instituições superiores privadas”. Na avaliação de Allan, a BNCC insti-

tui que a dimensão do conhecimento já não é mais um requisito escolar, na medida em que substitui o conhecimento pelas competências, o que talvez seja um dos traços mais duros da nova Base Curricular. “Minha hipótese é que ela flexibiliza o suficiente para que se consiga ofertar a diferentes escolas e a diferentes frações de classe, diferentes tipos educativos. Você pode ter essa escola premium para formar as frações que vão dirigir empresas e negócios, e ter para diferentes tipos de escola pública um direcionamento das habilidades das competências. Para nós, isso significa a possibilidade de eles ofertarem diferentes tipos de sistemas de ensino, conteúdos e materiais didáticos para diferentes frações de classe”. O que, em última análise, se configura um apartheid educacional. ■



Coral Adufrgs

Sob o comando do maestro Francis Padilha, o Coral da ADUFRGS encanta plateias por onde passa. Contando com cerca de 40 coralistas, o grupo apresenta em seu repertório adaptações para o canto coral da MPB, clássicos da música latino-americana e internacional, e também peças originais para coro, populares, sacras e eruditas.



EAD: Estudantes mais pobres são o alvo dos grandes conglomerados

Por Manoela Frade



Nesta entrevista, Allan Kenji, doutorando em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina, falou sobre a ampliação do ensino a distância no Brasil e alertou para o impressionante poder político e econômico que as instituições privadas têm, hoje, para determinar o destino da formação de grande parte da juventude brasileira.

ADVERSO - Uma das propostas de Jair Bolsonaro para a Educação é ampliar a educação a distância, inclusive no ensino fundamental. Você acha que esta é uma alternativa para o Brasil?

Penso que, realmente, o governo Bolsonaro deve agravar o quadro da EAD. Nós sabemos muito pouco sobre as políticas educacionais deste governo, já que o atual presidente se omitiu de debater publicamente suas propostas. O que se viu foram mensagens taquigráficas sobre ampliar o ensino a distância para o ensino fundamental, inclusive a educação infantil. Embora essas propostas sejam completamente absurdas e descabi-

das, nós sabemos que elas têm o sentido de conferir legitimidade para essa modalidade, como algo já estabelecido, quando, na realidade, é um tema árido de debates, muito longe de ser consenso entre educadores. Na realidade, nós teremos que passar a limpo o que vem sendo empregado como ensino a distância no Brasil, vendido principalmente pelos grandes conglomerados do ensino particular. A EAD cresceu brutalmente como uma forma de capturar o jovem trabalhador que não pode cursar o ensino presencial, porque precisa de um ou mais empregos, sem questionar as relações sociais que o impedem de acessar a educação superior universitária e presencial. As empresas ma-

is lucrativas, como a Kroton, a Unip e a Estácio de Sá, estão atrás desses estudantes, justamente os mais pobres, e não é para oferecer uma educação substantiva, repleta de positificações em termos de uma formação humana, histórica e culturalmente mais densa, mas para ofertar cursos aligeirados (cursos de dois ou três anos, como facilmente encontramos anúncios na internet), muitas vezes sem o acompanhamento ativo de um professor, com materiais bastante precários e sem o contato e as mediações dos colegas e de experiências tão importantes como aquelas que se constroem nas salas de aula. Para se ter uma ideia do problema, a educação a distância já alcança aproximadamente 1,6 milhões de estudantes. Se a tendência de crescimento permanecer nos níveis atuais, no próximo ano teremos no Brasil mais estudantes matriculados em EAD privada do que todos os estudantes matriculados em instituições públicas presenciais, incluindo aí as universidades estaduais, municipais, federais e os institutos superiores. E tudo indica que essa expansão não vai se restringir ao ensino superior. Parece ser isso o que Bolsonaro pretende legitimar, talvez não para a educação infantil, mas certamente para os anos finais da educação básica. Arriscaria a hipótese de que isso interessa muito aos grandes oligopólios educacionais que se constituíram no Brasil, primeiro porque eles estão prontos para ofertar, na educação básica, a educação presencial e a

distância, saindo à compra de escolas, sistemas de ensino e materiais didáticos. E, em segundo lugar, porque o estudante do ensino médio, que faz uma experiência anterior com a EAD, teria muito menos resistência ao tipo de ensino rasteiro, na modalidade a distância, que muitas delas oferecem em suas instituições superiores privadas. É impressionante o poder político e econômico que essas instituições têm, hoje, para

“O que temos visto é o capital avançar. Não é só para ganhar dinheiro. É para formar as novas gerações e definir quais são os modos de vida aceitos nessa sociedade.”

determinar o destino da formação de grande parte da juventude brasileira. Fazer outra história, que tem muito mais a ver com uma educação densa, sólida em seus fundamentos, que prepare os jovens em ternos culturais e históricos para o nosso tempo presente, isso depende, certamente, de que possamos passar não só a EAD, mas toda a educação brasileira a limpo.

ADVERSO - Qual o impacto dessa educação precária na formação da juventude brasileira?

Penso que nós temos que encarar esse avanço como um projeto de largo alcance sobre a formação da juventude. Quando a gente tem a formação do professor atacada dessa maneira, que aprofunda brutalmente a desvalorização do trabalho no magistério, ao mesmo tempo em que o capital cobra e responsabiliza, cada vez mais, a própria docência pelos problemas educacionais, o que se quer é alcançar a educação como um todo: do professor, ao estudante e do estudante à relação com as famílias e a comunidade. A educação aparece aí como um interesse geral, mercadológico (vender matrículas), mas também pelas suas características singulares, como a formação das novas gerações, a consciência, a vontade coletiva, as formas de fazer política, o que se questiona e o que se oblitera. Durante muito tempo o capital se ateve a disputar a formação dos professores, atacar a atividade docente, os currículos e projetos pedagógicos. O que temos visto é o capital avançar: ele próprio quer realizar a formação, definir seu próprio currículo, os projetos pedagógicos, os materiais didáticos, gerenciar as próprias escolas. Não é só para ganhar dinheiro. É para formar as novas gerações e definir quais são os modos de vida aceitos nessa sociedade. Portanto, é um projeto com largo espectro no horizonte e que, com mediações, tem profundas ressonâncias no conjunto das frações que hoje dominam o País. ■



Movimento docente vai às ruas para barrar o retrocesso

Texto: Giliane Greff

O ano de 2018 foi marcado por intensas mobilizações sociais em defesa da educação pública, gratuita e universal. O movimento docente foi às ruas, participou e pautou os principais debates no Brasil e no exterior sobre o papel da educação no desenvolvimento econômico e social dos países.

Representando os docentes da educação superior, entidades brasileiras e estrangeiras, como o PROIFES, a ANDIFES, o FNPE, o CONIF, a CNTE, a CONTEE e a Internacional da Educação (IE), uniram forças para denunciar e resistir ao desmonte das políticas educacionais. O congelamento dos investimentos a partir da Emenda Constitucional 95, a ameaça mercantilista e as tentativas de impor limites ao direito de ensinar e aprender são alguns exemplos de ataques contra o direito constitucional à educação

ocorridos no ano passado.

“Foi muito duro, mas os movimentos saíram fortalecidos”, avalia o presidente do PROIFES-Federação, Nilton Brandão. “O Fórum Social Mundial, realizado em março, ajudou a barrar retrocessos brutais para a educação, como a vitória no texto final da CRES em junho”, exemplificou. “A partir daí pautamos nossas ações conjuntamente, enquanto organizações que representam os professores, alunos e trabalhadores do setor, para resistir em conjunto. Na minha opinião, tivemos grandes vitórias e muitos aprendizados sobre esse momento político conservador que encontra eco no mundo inteiro”, completou Brandão.

Os movimentos pautaram quase a totalidade dos debates no Fórum Social Mundial, realizado em Salvador, na Bahia, com representantes de 120 países.

Mais de 60 mil pessoas participaram de cerca de 1,4 mil atividades, divididas em 19 eixos. Todas foram organizadas por entidades da sociedade civil, com foco no tema “Resistir é criar, resistir é transformar”. O PROIFES realizou programações oficiais do FSM sobre os impactos da EC 95, Escola sem Fascismo, Reforma do Ensino Médio e da Previdência, Ciência e Tecnologia x Soberania Nacional, Mulheres negras na universidade e Democracia, além de encabeçar a pauta sobre a inclusão das populações negras e LGBTQ nas IFES, que reuniu duas doutoras transsexuais e uma travesti.

Brandão também destacou que, em maio, essa mesma força se reuniu em Belo Horizonte, na Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE). O evento, segundo a secretária-executiva do FNPE, Adércia Hostin, foi impor-

tante para recompor a mobilização em torno do Plano Nacional de Educação (PNE), que segue ameaçado pela EC 95 e pelo desmonte do Fórum Nacional de Educação.

O setor educacional sofreu um forte ataque no governo Temer, que praticamente desmontou o Fórum Nacional da Educação, responsável pela construção do PNE. Na avaliação de Adércio, o desmonte das políticas públicas começou logo após a destituição de Dilma Rousseff. “Tivemos um retrocesso nas políticas e em pautas que já havíamos conquistado”. Agora, aponta, “o FNPE vai cobrar que o PNE tenha efetivo papel de mudança social, além de lutar para garantir o que nós tínhamos antes dele. O PNE avançava significativamente naquilo que havia se consolidado. Agora, além de termos o PNE inviabilizado pela EC 95, vemos o período crítico se aprofundar com

pautas comportamentais muito conservadoras. É preciso unidade e qualificação dessa luta”, disse.

O Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, foi construído de forma coletiva por movimentos sociais, governo federal, estados e municípios, e determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira até 2024. Desde a entrada de Michel Temer na presidência, o setor educacional vem denunciando a ingerência do governo federal na participação das entidades nos fóruns de debate e os riscos que enfrenta o PNE, já praticamente inviabilizado pela aprovação da EC 95. Entre as metas ameaçadas estão o investimento de 10% do PIB em Educação até 2024 e a qualificação da educação superior, com ampliação da proporção de mestres e doutores. “Sem aumento de investimento, é impos-

sível cumprir as metas do PNE”, apontou o presidente da ADUFRGS-Sindical, Paulo Machado Mors.

Especialistas têm chamado a Emenda Constitucional 95 de EC da Morte. Na educação, ela abre cada vez mais espaço para a iniciativa privada em todos os níveis de ensino. Durante evento realizado na sede da ADUFRGS, o professor Gil Vicente Reis Figueiredo, do PROIFES-Federação, afirmou que se a emenda não for revogada as áreas sociais serão condenadas e as universidades não terão outra opção a não ser vender serviços ou cobrar mensalidade dos alunos. “O Teto dos Gastos vai levar à inviabilização das federais: ou cobram mensalidade ou fecham”, disse à época. Gil realizou um estudo para o PROIFES, mostrando como os investimentos nas universidades foram caindo ao longo dos anos, e como a EC 95 agrava a situação.



Paralisação das IFES

No pior cenário, os investimentos em educação cairão 35% nos próximos 10 anos. Os cortes de custeio e investimento serão tão dramáticos que irão paralisar as atividades das IFES. Em 2015, o orçamento de investimento nas universidades foi de R\$ 13 bilhões. Em 2017, caiu para R\$ 8,7 bilhões e, em 2018, para R\$ 5,9 bilhões. Da mesma forma, os orçamentos dos institutos federais passaram de R\$ 7,9 bilhões em 2015 para R\$ 3,7 bilhões em 2017 e R\$ 2,8 bilhões em 2018. "É um quadro de inviabilização da ciência e da tecnologia, e que, definitivamente, abre caminhos para a iniciativa privada", afirmou Gil Vicente.



Manoela Frade



Jordana Mercado



Manoela Frade



Manoela Frade



Manoela Frade



Manoela Frade



Manoela Frade



Mancuela Frade

Educação como serviço

A mercantilização da Educação é outro assunto que vem sendo acompanhado com muita preocupação por professores, trabalhadores da educação e alunos ligados a movimentos sociais. O setor privado ganhou muito espaço no sistema educacional brasileiro e hoje 75% das matrículas em cursos de graduação estão em instituições privadas de ensino. O tema é uma realidade em toda a América Latina, Caribe e África, locais onde multinacionais como Pearson PLC (corporação britânica mais lucrativa do mundo no mercado educacional) e Kroton (maior grupo educacional do mundo) dominam a educação superior e caminham a passos largos em direção à educação básica, mirando o mercado editorial e a educação a distância. A questão, segundo Fátima Silva, secretária-geral da CNTE e vice-presidente da Internacional

da Educação para a América Latina (IEAL), está na visão mercantilista desses grupos com relação à educação, na qual o lucro está acima de tudo. As transformações na educação superior, esclarece Fátima, “podem ser analisadas sob diferentes perspectivas, como formato, público, currículo e objetivos sociais e econômicos. Porém, de fato, o tripé ensino, pesquisa e extensão perde força para uma ideia mercantilista da formação, que visa, primordialmente, ao lucro do capital investidor”.

Neste sentido, a Conferência Regional de Educação Superior (CRES 2018) foi uma vitória das entidades e representações de governos contrários à mercantilização da educação superior na América Latina e Caribe. A CRES 2018, realizada em junho, em Córdoba, na Argentina, preparou as pro-

postas do continente para a próxima década, que serão levadas para a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, que acontecerá em Paris, este ano. A conferência mundial é realizada a cada dez anos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), assim como as regionais. Na última edição, a CRES reafirmou o compromisso do continente com a educação superior como direito universal, bem público e um dever do Estado. “Os movimentos sociais foram em peso para a CRES e, juntamente com entidades como a ANDIFES e CONIF, participaram ativamente dos debates e pressionaram para que o texto final reafirmasse o caráter universal e gratuito da educação”, relata Lúcio Vieira, vice-presidente da ADUFRGS-Sindical. O sindicato participou da delegação do PROIFES, que levou 25

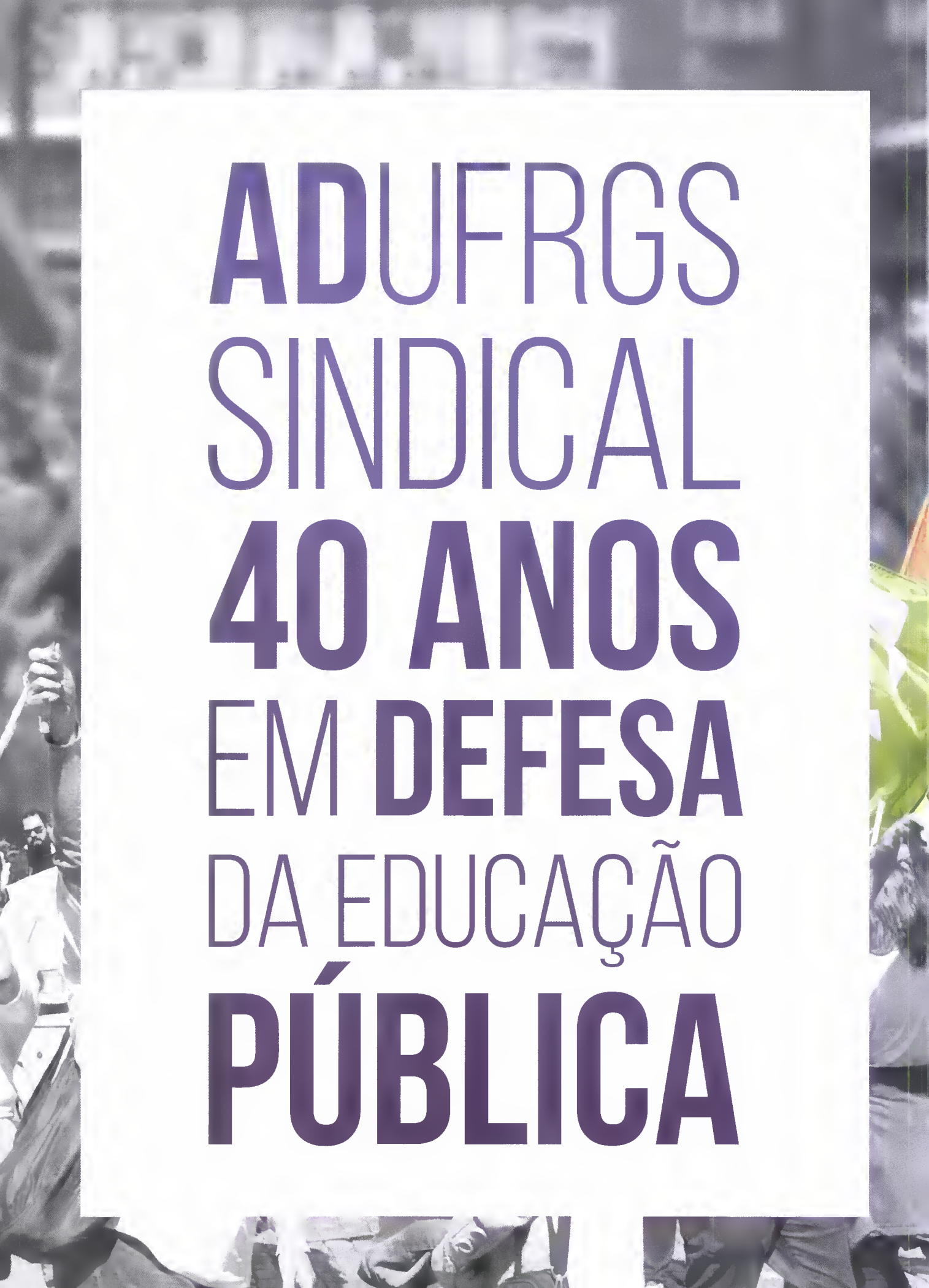
professores para acompanhar todos os sete eixos da CRES. A declaração final da conferência, após cinco dias de debates, apontou para a internacionalização da luta contra a visão mercantilista que tem afetado o direito à educação. Da mesma forma, convoca a sociedade a resistir a esse avanço e determina o acompanhamento rigoroso da oferta de educação em todos os níveis de ensino. Aos Estados, reivindica a adoção de instrumentos de regulação das instituições públicas e privadas, promovendo o acesso universal, permanência e titulação, com inclusão e pertinência. “O texto acabou sendo uma vitória para a educação pública no continente, com um plano de ações que deveria começar a ser implementado já em janeiro de 2019”, destaca Fátima Silva, da IEAL. O plano de ação determina, por

exemplo, que os países precisam “impulsionar o acesso universal, a permanência e a titulação da educação superior com qualidade, associada aos conhecimentos locais e regionais, inclusão social e diversidade, que conduza a uma verdadeira democratização da educação”. Mas, segundo Lúcio Vieira, que também coordena o GT Educação do PROIFES-Federação, assim como a implementação do PNE, o plano da CRES pode simplesmente ser engavetado pelo governo Bolsonaro. “Todos os sinais do governo são no sentido de desmontar o sistema educacional, como se toda a construção social feita nos últimos 20 anos fosse um erro”, avalia. “Vamos continuar resistindo e denunciando. Não vamos aceitar que este governo entregue nossa educação ao mercado”, defendeu Lúcio.

Este debate foi um dos pontos altos do Encontro Nacional do PROIFES-Federação, realizado em julho de 2018, na cidade de São Luiz, capital do Maranhão. O evento apontou a necessidade de uma agenda única de lutas com outros movimentos, que incluísse a produção de dados sobre o avanço do capital financeiro na educação e a revogação da Emenda Constitucional 95. “Seguimos durante todo o ano de 2018 pautando e participando das mobilizações e eventos contra os ataques à educação. Este ano, vamos manter nossa unidade e qualificar essa luta com dados, eventos, manifestações. Precisamos de apoio da sociedade para revogar a EC 95 e defender o ensino público no Brasil”, completou. ■



Marcelia Frade

A collage of black and white photographs showing various social movements and protests. On the left, a person holds a flag. In the center, a person is seen from the back, holding a flag. On the right, a person holds a flag. At the bottom, a person is seen from the back, holding a flag.

AUFERS SINDICAL 40 ANOS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA





Sindicato lidera mudança no movimento docente nacional

Há uma década, a transformação da ADUFRGS em sindicato aproximou a entidade do novo movimento docente, comprometido com a valorização do professor e com a defesa do ensino público.

Texto: Giliane Greff

No dia 3 de dezembro de 2008, a ADUFRGS foi transformada em ADUFRGS-Sindical. A mudança está vinculada à ideia de um novo movimento docente, engajado, fundamentalmente, na valorização da categoria, na defesa da educação pública e na melhoria da carreira docente.

A ADUFRGS foi fundada em 1978, quando um grupo de docentes da UFRGS decidiu criar uma associação. O professor Eduardo Rolim, atual diretor de Relações Internacionais do PROIFES-Federação e de assuntos jurídicos da ADUFRGS-Sindical, foi o primeiro presidente desta nova entidade. Sobre aquele momento histórico,

ele relembra: “O Brasil todo estava passando por um processo de redemocratização. Depois de muitas lutas e conquistas, aos poucos, a ADUFRGS foi se consolidando como uma entidade muito própria. Ao mesmo tempo em que ia às ruas, fazia greves, também era muito propositiva e capaz de debater aspectos importantes para o movimento docente.”

A transformação em sindicato, em 2008, ocorreu exatos 30 anos depois da sua fundação. “A história vitoriosa da ADUFRGS, criada a partir de uma decisão corajosa dos professores da UFRGS, revela a capacidade de visão de futuro dos docentes, que optaram pela

construção independente de um sindicato com uma nova visão de como fazer política e construir o movimento docente no País”, explica Nilton Brandão, presidente do PROIFES-Federação.

O atual presidente da ADUFRGS-Sindical, Paulo Machado Mors, lembra que a decisão de transformar a associação em sindicato está intimamente ligada à criação do PROIFES-Federação. “As duas entidades fazem parte desse novo movimento docente sindical no País”, disse. Paulo aponta que ADUFRGS e PROIFES têm a mesma filosofia: a pluralidade de ideias. “Nós trabalhamos com uma base ideologicamente heterogênea,

com direções de pensamento político plural, mas que têm em comum a defesa do professor das instituições federais de ensino superior e da democracia.”

Na opinião de Mors, a criação do Sindicato foi um processo que coroou uma série de mudanças ocorridas entre 2002 e 2003, “quando a ADUFRGS e outros sindicatos decidiram que não era mais possível seguir o caminho daquele movimento docente”. Alguns eventos precipitaram essa decisão, segundo Rolim. “A ruptura começou com a greve de 2003,

bem no início do novo governo, e culminou em 2004, quando o sindicato que representava os professores decidiu não negociar com o governo federal, e terminamos o ano com um reajuste menor do que o proposto pelo governo”. Segundo Rolim, foi quando os docentes perceberam que aquele sindicato não tinha capacidade de negociar e havia se transformado em “correia de transmissão” de um partido político. “Quando todas as categorias avançavam na carreira, os professores federais eram cada vez menos valorizados, sem perspectivas,

sem negociação”, afirma. A condução do processo levou a um desgaste que se espalhou por todo o País e abriu espaço para a criação do PROIFES-Federação.

Dez anos depois, Rolim acredita que a decisão foi correta. “Esse processo mudou a cara do movimento docente no Brasil. Não teríamos conquistado a paridade, a carreira do EBTT, a incorporação das gratificações. Tudo isso foi fruto de um processo, de uma nova estrutura sindical, que foi construída também pela ADUFRGS”, ressalta. ■

Outros dez anos

Os próximos dez anos serão de muita luta, prevê Rolim, que foi, também, o primeiro presidente do PROIFES-Federação. “O governo Bolsonaro tem cara de ser um governo de crise, de tensionamento, um governo de repressão. Se quiserem sobreviver, os trabalhadores terão a obrigação de lutar muito e, para isso, precisam de uma entidade sindical forte, capaz de dar guarida às suas reivindicações. A ADUFRGS está preparada para isso”, garante.



Fábio Martins

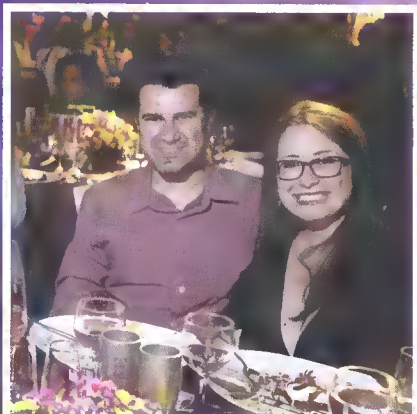
Mais de 700 convidados participaram do evento na SOGIPA

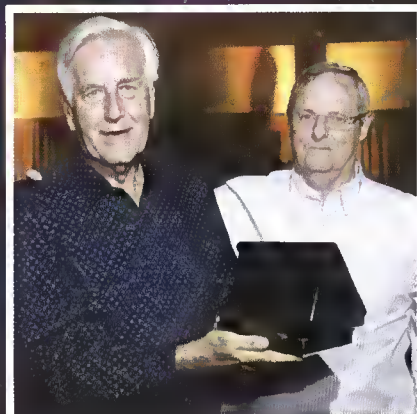
No evento, o presidente da ADUFRGS, Paulo Mors, homenageou os ex-presidentes e colabora-

rado ao PROIFES-Federação.”

Após o jantar e a apresentação do Coral da ADUFRGS, os convidados confraternizaram e dançaram até a madrugada. ■







Aniversário teve festa junina em clima de Copa do Mundo

Os 40 anos da ADUFRGS foram comemorados em clima de Copa do Mundo e com cara de festa junina. Mais de 150 professores, familiares e amigos do Sindicato participaram do evento, que teve competi-

ções, distribuição de prêmios e muita dança animada pelo grupo Forró de Lua. Com a coincidência de datas, o jogo de estreia da seleção brasileira na Copa da Rússia pôde ser assistido em dois telões instalados no local.

O presidente da ADUFRGS-Sindical, Paulo Machado Mors, lembrou momentos históricos da entidade, que hoje conta com 3,7 mil associados, representando quatro instituições de Educação Superior, em 12 municípios gaúchos. ■







Coral da ADUFRGS faz concerto em homenagem aos 40 anos

O coral da ADUFRGS teve participação efetiva na comemoração dos 40 anos do Sindicato. Em uma apresentação, dia 13 de junho de 2018, no auditório Tasso Corrêa, do Instituto de Artes da UFRGS, o grupo executou 13 peças musicais adaptadas da MPB, e clássicos da música internacional e da música erudita.

No concerto inédito, o regente do coral, Francis Padi-lha, apresentou o programa da noite, que iniciou com a execução de canções de protesto contra a Ditadura Militar e suas mensagens de resistência. Entre elas, “Tanto Mar”, de Chico Buarque, (arranjo de

Roberto Rodrigues) e “Pealo de Sangue”, de Raul Ellwanger (arranjo de Manuel Abreu).

Na segunda parte do concerto, o pianista Daniel Benitz executou o “Prelúdio” das Bachianas Brasileiras nº4, de Heitor Villa-Lobos. O regente do coral, apresentou Estrela do Mar nº1, do Ciclo “Beira Mar”, de Marlos Nobre. E a preparadora vocal do grupo, Rosimari Oliveira, cantou “Melodia Sentimental”, de Heitor Villa-Lobos.

O professor da Escola de Engenharia da UFRGS, João Ricardo Masuero, faz parte do coral e contou sobre a expe-

riência de se apresentar neste concerto comemorativo. “Hoje é um dia muito especial, porque estamos comemorando os 40 anos desta entidade que está sempre lutando conosco por melhores condições de ensino, trabalho e valorizando a educação e a cultura. Também é um momento especial em que podemos compartilhar com a comunidade as manifestações artísticas”. “Consolação”, de Baden Powell (arranjo de André Pro-tásio) foi a última canção do programa, mas não a última da noite. A pedido do público, o coral deu um bis, com música “Love Of My Life”, da banda Queen.



REPERTÓRIO ECLÉTICO

Formado em junho de 2000, o Coral da ADUFRGS teve, como núcleo básico, coralistas egressos do extinto Coral do Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS) da UFRGS. Atualmente, é formado por 40 coralistas, entre docentes,

técnico-administrativos e alunos da UFRGS, familiares e amigos.

Com um repertório eclético, o grupo executa desde MPB até música erudita e pop. Também se dedica a peças originais

para coro, incluindo obras de compositores brasileiros, como José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita e José Maurício Nunes Garcia. É regido pelo maestro e barítono Francis Padilha, com o apoio da preparadora vocal Rosimari Oliveira.



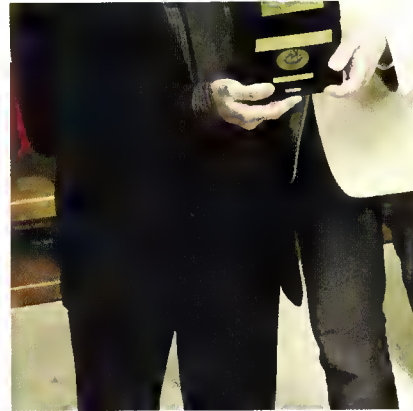
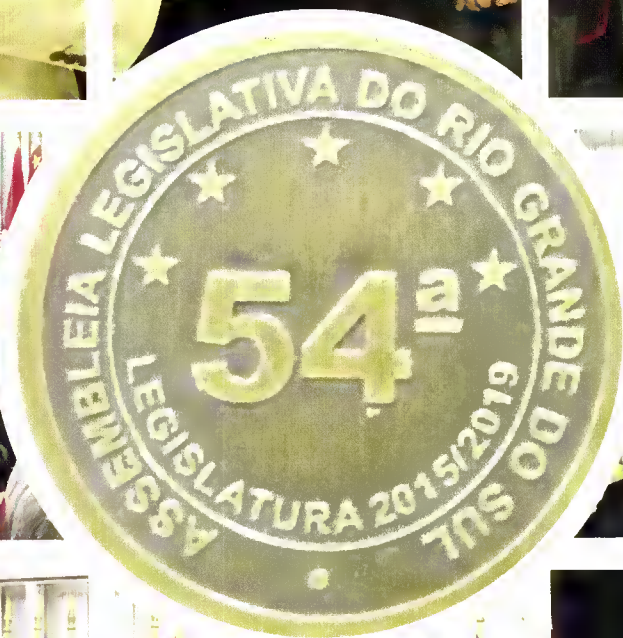
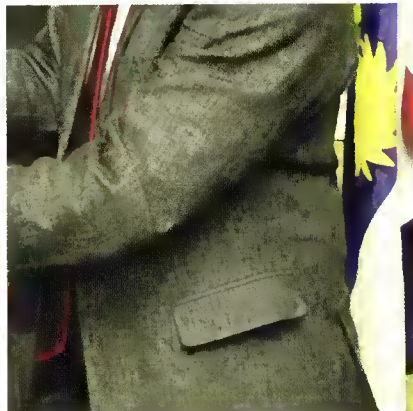
Sindicato Foi agraciado com Medalha da 54ª Legislatura da AL-RS

No ano em que completou 40 anos, a ADUFRGS recebeu a Medalha da 54ª Legislatura da Assembleia Legislativa do RS, em cerimônia realizada no dia 12 de julho de 2018. A homenagem foi proposta pelo deputado estadual Adão Villaverde e reuniu fundadores, diretores, ex-dirigentes, docentes, parceiros e amigos do Sindicato, além dos parlamentares.

De acordo com Villaverde, a homenagem registrou a trajetória de lutas da ADUFRGS, pautada pela resistência em períodos difíceis da história, como o “estado de exceção” que o País atravessou e o

combate ao autoritarismo do período de sua fundação. “Vivemos uma condição de excepcionalidade na democracia brasileira, onde os direitos individuais estão sendo vilipendiados. Há um ataque brutal aos setores sociais, e a Emenda Constitucional 95 é a expressão desse ataque”, apontou o deputado. Neste sentido, ele destacou a importante participação do Sindicato na luta pela derrubada da emenda que congela os gastos públicos por 20 anos. “Todos sabemos da importância da luta sindical em momentos de resistência e a ADUFRGS nunca abdicou dessa luta”, afirmou.

Em sua manifestação, o presidente da ADUFRGS, Paulo Mors, lembrou a coragem dos 22 professores que, em tempos de forte repressão política, ousaram eleger a diretoria provisória que, em 1978, deu início à história da Associação. “A ADUFRGS nasceu pequena, num tempo de repressão política, ainda sob o impacto da cassação e expulsão de centenas de professores da UFRGS. Crescemos. Somos hoje um sindicato forte, independente, respeitado”, destacou o dirigente, enfatizando que a história da ADUFRGS é marcada por vitórias, derrotas, frustrações e importantes conquistas.





Em pronunciamento na Câmara de Vereadores, Mors defendeu a revogação da EC 95

Como parte das comemorações do quadragésimo aniversário da ADUFRGS, Paulo Machado Mors ocupou a tribuna da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Em seu pronunciamento, o dirigente reafirmou o compromisso histórico do sindicato com a Educação Pública e defendeu a revogação da Emenda Constitucional 95. "Não existe educação de qualidade sem ciência de qualidade. E não há ciência, tecnologia e inovação de qualidade sem uma boa educa-

ção", destacou o presidente.

Aprovada em 2016, a EC 95 congelou os investimentos públicos por 20 anos. "Há uma catástrofe anunciada", denunciou Mors, "mas o retrocesso já pode ser sentido". Um exemplo, segundo ele, é que "essa medida, adotada para privilegiar o capital internacional especulativo, conforme orientação econômica neoliberal, está impossibilitando o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE)".

O PNE estabelece diretrizes para a política educacional até 2024. Uma das metas é a elevação dos investimentos em educação ao patamar de 10% do PIB ao ano, a partir de 2024. Segundo Mors, esta meta é inalcançável com as restrições impostas pela EC 95. "Com o congelamento, em 2024, teremos os investimentos em educação reduzidos para 5,5% do PIB ao ano, percentual inferior aos 6,5% investidos pelo Brasil em 2014." ■

A reforma da
previdência
é ruim para
**TODO
MUNDO**

**DIGA NÃO À REFORMA
DA PREVIDÊNCIA**

portaladverso.com.br



ADufrgs
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação

ADUFRGS: Ontem e hoje

Encontro dos Aposentados Fez um mergulho na história dos docentes

1 - Encontro dos Professores Aposentados da ADUFRGS, realizado no dia 30 de agosto de 2018, relembrou o início da carreira docente na universidade pública, as lutas pela valorização do professor e por uma educação pública transformadora, laica, universal e de qualidade.

2 - O presidente da ADUFRGS-Sindical, Paulo Mors, abriu o encontro com um depoimento pessoal sobre a importância da entidade no fortalecimento do vínculo do professor aposentado com a universidade.

3 - Os ex-presidentes Sérgio Nicolaiewsky e Cláudio Scherer, e o advogado Francis Bordas, participaram da mesa "ADUFRGS e os professores aposentados: uma história única de parceria, lutas e vitórias", que foi coordenada pelo presidente do Conselho de Representantes, Lucio Hagemann.

4 - A segunda mesa de debates "A ADUFRGS-Sindical e a participação atual do professor aposentado" foi coordenada pela professora Maria Luiza Ambros von Holleben, ex-presidente do Sindicato, com apresentações dos professores Francisco Fuchs, Eduardo Rolim e Edison Haubert, presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap).

5 - Com o tema "Revisitando Paisagens", o professor aposentado do Instituto de Física da UFRGS, João Goedert, inaugurou sua primeira exposição aberta ao público. O evento também integrou a programação do 14º Encontro dos Professores Aposentados.

6 - O encontro proporcionou aos professores aposentados um dia inteiro de atividades.



Dalaini Cerezer



Dalaini Cerezer



Dalaini Cerezer



Alguns eventos do Grupo de Multiatividades de aposentados em 2018



Arquivo ADUFRGS

ABRIL

Oficina de minicontos

“Um conto não pretende contar uma história e sim causar um efeito”. professor de literatura Marcelo Spalding, resumindo as características de um conto, gênero literário que foi tema da oficina realizada na sede da ADUFRGS.



MAIO

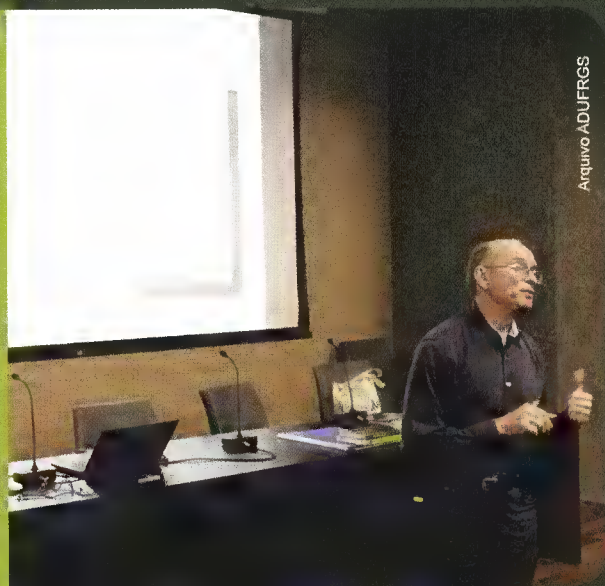
Cine debates: Maio de 68

Com o clássico “Nós que nos amávamos tanto”, de Ettore Scola, professores aposentados lembraram os 50 anos do Maio de 68. O movimento, deflagrado pelos estudantes franceses, evoluiu para uma greve em que quase dois terços da força de trabalho do país cruzaram os braços e influenciou manifestações em várias partes do mundo. A atividade foi aberta pelo professor Paulo Kroeff, que é o responsável pelas ações de cinema e literatura do grupo.

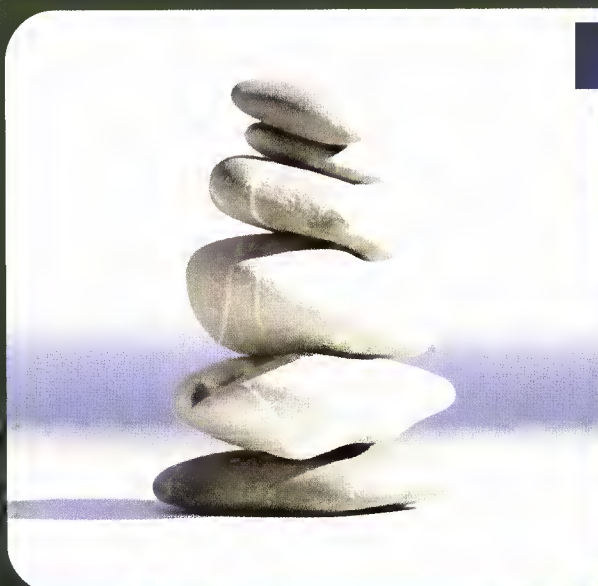
JUNHO

Legado de Landell de Moura

"Landell de Moura estudou muito os conceitos físicos sobre transmissão de mensagens a longa distância. Algo muito positivo e importante sobre Landell é o fato de que ele trabalhou sozinho, não houve ninguém por trás de seus inventos, por isso gosto de dizer que ele foi um ilustre desconhecido". Professor Gentil Bruscato sobre o padre gaúcho Landell de Moura, pioneiro em estudos radiofônicos.



Arquivo ADUFRGS



JULHO

Oficina de Biodança

"A prática vai além de movimentar-se, ela também trabalha a evolução do indivíduo". Feliciano Flores, facilitador-didata em biodança e biólogo, sobre a arte que busca integrar e desenvolver potenciais humanos através da comunicação com o nosso próprio corpo e com outras pessoas.

Também no mês de julho, ocorreram oficinas de Sentidos e Imaginação, com a professora Rosa Maria Coutinho, especialista em pintura mural e arteterapia.

NOVEMBRO

Qualidade de vida

"Não podemos ficar em frente à televisão sem saber o que fazer. Devemos continuar dando sentido à vida, como estamos fazendo aqui." Balduino Andreola, na palestra "Emotividade versus razão: por uma pedagogia do coração".



Arquivo ADUFRGS

Os 10 anos da carreira do EBTT

Qualificação do quadro docente e melhores salários são conquistas históricas da carreira do EBTT em uma década.

Texto: Araldo Neto



“Foi um momento muito emocionante para quem viveu aquela conquista, porque o avanço que conseguimos foi algo extraordinário”, lembra o diretor do

PROIFES-Federação, Gil Vicente Reis de Figueiredo, uma década após a criação da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Junto com outros representantes do PROIFES-Federação, ele participou das negociações com o governo federal, que resultaram na criação da nova carreira docente, em 20 de março de 2008. A carreira do EBTT beneficiou milhares de docentes de Institutos Federais, escolas de aplicação, creches das universidades e professores civis de escolas militares e escolas vinculadas, além dos do-

centes dos ex-territórios.

“Antes havia a carreira de 1º e 2º graus, com características totalmente diferentes da carreira do EBTT que foi conquistada naquele momento. Uma diferença central é que, entre as atribuições do professor, o ensino, a pesquisa e a extensão foram integrados. Até então, o estímulo que o professor tinha para fazer o mestrado e doutorado era mínimo. Na maior parte das vezes, as pessoas achavam que não deveriam fazer isso”, recorda.



Antes da criação da carreira do EBTT, os docentes recebiam cerca de 20% me-

nos que os docentes do ensino superior. Além da equiparação salarial, conquistada nos anos seguintes, os professores do EBTT obtiveram outra conquista importante: a criação do Reconhecimento de Saberes e Competências, o RSC. Através dele, um docente pode, mediante análise de seu conhecimento, experiência e competência, receber retribuição por titulação de um nível acima. Por exemplo, um graduado tem condições de receber RT de especialista, um especialista tem

condições de receber RT de um mestre e um mestre de receber RT de doutor. Assim que o docente obtém um novo título, perde o RSC e tem que pleiteá-lo novamente para o do título posterior. "Um dos pontos fundamentais que conseguimos construir na carreira foi o RSC. Com isso, equiparamos o professor do EBTT ao professor do magistério Superior. O RSC vem numa concepção de incentivo à qualificação", destaca o presidente do PROIFES-Federação, Nilton Brandão.

A evolução da carreira do EBTT

A carreira docente do EBTT, assim como a carreira do Magistério Superior, sofreu profundas modificações desde a fundação do PROIFES. Antes era composta por seis classes (A, B, C, D, E e Especial). O ingresso ocorria nas primeiras classes A e B. Inicialmente, a exigência era ter cursado, pelo menos, o segundo grau completo ou licenciatura de 1º grau. Cada classe tinha quatro níveis (I, II, III e IV), exceto a última (Especial), que tinha apenas um nível. Para atingir a classe C, era preciso ter licenciatura plena (ou habilitação legal). Na classe

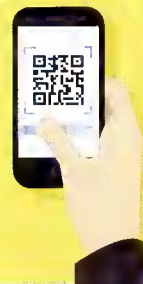
D, o pré-requisito era ter especialização e, na classe E, o mestrado ou doutorado.

A partir da fundação do PROIFES, em 2006, ocorreu a primeira mudança na carreira. Deixaram de existir as classes A e B, e o docente poderia alcançar o topo da carreira mesmo sem titulação. Em 2008, as carreiras do EBTT e do Magistério Superior se aproximaram. As classes D-I, D-II e D-III se tornaram equivalentes às classes de professor Auxiliar, professor Assistente e professor Adjunto do Magistério Superior. A classe D-IV pas-

sou a ter um único nível e a classe D-V, três, com equivalência à carreira do MS, considerando que a D-IV equivaleria ao primeiro nível da classe Associado e a classe D-V aos outros níveis da classe de professor Associado do MS. De maneira geral, a transição foi muito vantajosa para os docentes do EBTT.

Em 2012, através da Lei nº 12.772, as carreiras do EBTT e do MS ficaram equivalentes. A classe D-I correspondendo à classe A e assim por diante, com as mesmas remunerações.

Desenho da Carreira EBTT



A carreira do EBTT nasceu junto com os Institutos Federais



Arquivo ADUFRGS

O vice-presidente da ADUFRGS e diretor do PROIFES-Federação, Lúcio Vieira, lembra que os Institutos federais surgiram com o objetivo de qualificar a oferta de ensino técnico e tecnológico no País, para atender à demanda de formação de professores na área de ciências da natureza. “Não há como descolar a proposta de criação de uma instituição desse porte, com essa

responsabilidade e com essa qualidade, de uma carreira que seja capaz de atender isso”, afirma. De acordo com Lúcio, a necessidade de uma instituição do porte dos Institutos Federais, combinada com a qualificação de professores do corpo docente, fez da carreira do EBTT “o corpo necessário para que se atendesse às demandas que a sociedade estava reclamando”.

Perspectivas e desafios para a carreira do EBTT e para os Institutos Federais

Para o vice-presidente da ADUFRGS-Sindical, Lúcio Vieira, a identidade que os Institutos Federais estão constituindo, como instituição de ensino, pesquisa e extensão, são fundamentais para reforçar a carreira do EBTT. “Isso vai depender da nossa capacidade de, cada vez mais, estarmos inseridos na sociedade e sermos capazes de atender à de-

manda de desenvolvimento tecnológico com a formação de técnicos de qualidade, de promover a pesquisa nas áreas tecnológicas, de promover a extensão e de alcançar o maior número de pessoas nos locais onde os nossos campi estão inseridos”, destaca.

De acordo com Lúcio, que além de dirigente do Sindicato é professor do IFRS/Campus Porto Alegre, o que deixa os docentes do EBTT em aler-

ta são as modificações que cada governo tenta impor, sem debater com as comunidades, que são as principais interessadas na existência e no aprimoramento do ensino oferecido nos Institutos Federais.



Projeto quer alterar legislação dos IFs

No apagar das luzes do seu governo, o ex-presidente Michel Temer enviou ao Congresso um projeto que prevê mudanças na Lei 11.982/2008, que criou os Institutos Federais. Entre elas, a readequação nas matrículas, para que 70% delas passem a ser de alunos oriundos de cursos de ensino médio, retirando a preferência pelo ensino médio integrado, que com-

bina a educação básica com a profissional. Hoje, a lei prevê que 50% das vagas sejam destinadas ao ensino médio. O projeto de Lei também prevê que cursos de mestrado e doutorado devem ser exclusivamente profissionais, excluindo a possibilidade de cursos acadêmicos, mesmo que se detecte necessidade. O PROIFES-Federação e o Conselho Nacional das

Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) querem o arquivamento do PL no Congresso. "O governo enviou o projeto de forma precipitada. Esperamos que o atual governo retire de pauta e estabeleça o debate com a comunidade. Não se pode impor algo de cima para baixo sem nenhum debate", enfatiza Lúcio Vieira. ■

PROIFES realizou Seminário para debater carreira do EBTT

No final do ano passado, o PROIFES-Federação realizou um seminário nacional para avaliar os avanços e os desafios da carreira do EBTT nos próximos anos. O evento ocorreu na sede do SINDIEDUTEC-Sindicato, em Curitiba. A Emenda Constitucional 95 e os contingenciamentos de recursos destinados aos Institutos Federais estão no centro das preocupações dos professores.





10 anos dos Institutos Federais

Um marco na educação pública no Brasil

Texto: Araldo Neto

Transformar a vida das pessoas através da educação pública. Essa é a principal conquista dos Institutos Federais em uma década, atuando de norte a sul do País. Nesse período, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica garantiu a quase um milhão de jovens e adultos brasileiros o acesso à educação gratuita e de qualidade, o

sonho de um diploma de ensino superior e a esperança de uma vaga de emprego no mundo do trabalho. Atualmente, existem 644 campi de institutos federais (IFs) atuando, junto com outras instituições, para atender à demanda educacional no Brasil. Uma estrutura gigantesca que gera oportunidades e revoluciona a vida das pessoas.

“O IFRS me deu a condição de ter um futuro melhor”

A história de Katherine Carol Halberstadt, de 33 anos, é apenas mais um exemplo do poder transformador do ensino público na sociedade brasileira. Moradora de Alvorada, na região metropolitana de Porto

**LINHA DO
TEMPO DA
ESCOLA
TÉCNICA
NO BRASIL**

1909

Presidente Nilo Peçanha assina documento de criação da experiência escolar atualmente denominada Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT).

1978

Sancionada a Lei que transforma algumas das Escolas Técnicas Federais e/ou Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs). As instituições passam a ser autarquias federais, como respostas às demandas por formações profissionais em decorrência do desenvolvimento econômico estabelecido no País no final da década de 1970 e início de 1980.

Alegre, ela tinha o sonho de fazer o curso de Libras, a língua utilizada pela comunidade surda. Katherine teve o primeiro contato com a língua quando cursava História, em uma instituição privada. “Quando se conhece esse mundo, a gente se apaixona e nunca mais quer sair”, diz.

O tempo passou e Katherine se formou em História, mas, sem conseguir emprego, ela decidiu mudar de área. Logo, pensou em trabalhar com Libras, mas como não tinha condições de pagar um curso em uma instituição privada, teve que buscar alternativas. Foi então que o IFRS cruzou o caminho de Katherine. Em 2015, ela ficou sabendo, por meio de um anúncio em redes sociais, que uma instituição pública de ensino recém instalada no Município estava abrindo a primeira turma do curso de Tradutor Intérprete em Libras. Assim, o ingresso no ensino público, gratuito e de qualidade do Instituto Federal não só deu uma nova formação para Katherine, mas também trouxe novas oportunidades, emprego e conquistas. “Isso mudou a minha vida. Eu não consegui minha inserção no campo da licenciatura, mas a Libras e o ensino do IFRS

conseguiram me abrir portas”, reconhece.

Depois de algumas experiências na nova formação, Katherine pôde voltar à instituição que transformou a sua vida, mas, desta vez, como profissional. Hoje, ela atua como intérprete de libras, mediando a comunicação dos alunos surdos. Depois de sua passagem pelo IFRS, como aluna e, depois, como profissional, Katherine conseguiu, inclusive, comprar a tão sonhada casa própria. “O IFRS Campus Alvorada mudou a minha vida na relação profissional e também no campo pessoal. Mostrou que é possível ter uma visão melhor do mundo e do futuro para nós, através da educação”, destaca.

“Estou aqui para ser professora”

Criados pela Lei nº 11.892, os Institutos Federais oferecem educação profissional gratuita em diversas modalidades e níveis de ensino, além de promover a pesquisa aplicada e a inovação tecnológica. São milhares de jovens beneficiados em todo o Brasil. Jovens como Ana Carolina Lopes da Cruz, de 27 anos. Desde que entrou

no Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre, em 2013, ela tem pavimentado uma carreira sólida nos estudos, graças à educação de qualidade e gratuita da rede federal. A porta de entrada na instituição foi pelo curso técnico em Meio Ambiente. Na sequência, Ana emendou o curso de graduação em Gestão Ambiental, no qual se formou em 2017. Já graduada, a jovem continuou seu caminho no IFRS e planeja seguir a carreira na própria instituição. Hoje ela cursa, paralelamente, um mestrado em Informática na Educação e uma graduação em Ciências da Natureza: Biologia e Química. “Estou aqui para ser professora e eu vou ser professora. Se tudo der certo, depois de me formar na licenciatura, eu vou tentar um concurso para cá”, destaca.

A trajetória de qualificação de Ana Carolina por meio da educação pública correu o risco de parar em 2015, quando, forçada por “problemas de família”, precisou procurar um trabalho. Foi então que ela recorreu ao setor de Assistência Estudantil do IFRS, que lhe garantiu o fôlego necessário para dar continuidade aos estudos. “A

2008

Acordo consolida a criação da carreira do EBTT, que garante definitivamente a equiparação estrutural e salarial entre as carreiras do EBTT e do Magistério Superior.

2008

É criada a Rede Federal. Composta por 31 CEFETs; 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (UNEDs), criadas por expansões ocorridas nas décadas de 1980 e 1990; 39 Escolas Agrotécnicas (EAFs); sete Escolas Técnicas Federais (ETFs) e oito Escolas vinculadas a universidades, os colégios universitários (COLUNs).

2008

A partir de 29 de dezembro de 2008, quase todas essas instituições unificaram-se e passaram a formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ou simplesmente, Institutos Federais (IFs).

assistência estudantil me possibilitou não precisar de outro emprego fora daqui, estudar e participar das atividades do instituto, das bolsas de extensão, das bolsas de pesquisa e ensino. Sem ela, muito

provavelmente eu não teria terminado a minha graduação. Eu sou muito grata à assistência estudantil por causa disso. Ela nos possibilita estudar e nos dedicar especificamente aos estudos”, afirma. Ana segue

firme no propósito de ser professora. A estudante do IFRS Campus Porto Alegre conquistou uma bolsa no programa de iniciação à docência e hoje dá aulas em uma Escola no bairro Partenon, na capital.

Assista ao depoimento da Katherine



Assista ao depoimento da Ana Carolina



2014

Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado como lei no Congresso Nacional. A expansão da rede federal estava elencada entre as prioridades.

2015

O orçamento do Ministério da Educação perdeu R\$ 10 bilhões e a verba destinada aos Institutos Federais levou a primeira mordida.

2016

A política de corte de gastos seguiu, tirando R\$ 6,4 bilhões.



Institutos Federais têm desempenho de país desenvolvido

A qualidade do ensino nos Institutos Federais ficou clara no último ranking do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), divulgado em 2015. Na contramão do resultado geral obtido pelo País, que apontou pouca evolução nas áreas avaliadas ao longo dos anos, a pontuação das instituições federais de ensino no exame supera a média nacional e se aproxima daquelas alcançadas por países desenvolvidos. Foram avaliados estudantes brasileiros, com idades entre 15 e 16

anos, das redes de ensino municipal, estadual, federal e privada. O programa afere o desempenho nas áreas de matemática, ciências e leitura. As notas gerais alcançadas pelo Brasil, considerando-se a pontuação média das quatro redes de ensino, foram de 401 pontos em ciências, 407 pontos em leitura e 377 pontos em matemática. Em todas elas, o País ficou abaixo da média geral do ranking. A análise dos resultados específicos da rede federal, no entanto, aponta um cená-

rio diferenciado, que aproximaria o Brasil do topo: 517 pontos em ciências, 528 em leitura e 488 em matemática. Na última edição do exame, cujo foco foi em ciências, os alunos da Rede Federal atingiram 517 pontos. O que colocaria a Rede Federal na 11ª posição, à frente de países como Coreia do Sul, Alemanha e Suíça. O resultado mostra o óbvio: com investimento em estrutura e valorização do quadro docente, a educação brasileira alcança desempenho de primeiro mundo. ■

2016

A Emenda Constitucional 95 (EC95), que congela os gastos públicos no mesmo orçamento por 20 anos, e uma portaria do Ministério do Planejamento, que contingencia despesas já aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), deixam a situação dramática nos Institutos Federais. Na prática, os IFs perdem 10% do orçamento de custeio e 30% do de investimento (usado para obras, equipamentos e mobiliário).

2019

São 644 campi espalhados pelo Brasil. A rede possui quase um milhão de matrículas e mais de 10 mil cursos. Ao todo, 80 mil servidores trabalham nos Institutos Federais.





Dois movimentos docentes, duas concepções distintas: quo vadis?

A melhor forma de convencer os professores a tomar novos rumos é fazê-los olhar para os dois Movimentos e se encontrar, se sentir acolhido.

Por Wellington Duarte

Duas concepções de Movimento Docente se apresentam, nesse ano, aos professores universitários federais de norte a sul do País. Uma baseia-se na construção de estratégias e táticas que levam em consideração a diversidade e a pluralidade que representa, sem buscar esconder a matriz ideológica dos seus dirigentes; a outra baseia sua luta numa perspectiva de mundo em que o propósito é o de ser um protagonista revolucionário de um processo social, indo muito além do ela mesma é: um sindicato.

Uma concepção enxerga o Movimento Docente como um agregado de interes-

ses corporativos, como em qualquer categoria de trabalhadores; de defesa da Educação Pública, pois entende que esta é a sua essência; de defesa da liberdade de ensinar, como um pressuposto de recusar uma intervenção na sala de aula; da defesa das universidades públicas federais, pois é seu ambiente de trabalho e em boa parcela, de vida; uma concepção que entende a luta política como um espaço em permanente construção e que exige flexibilidade tática.

Uma outra concepção enxerga o Movimento Docente como um corpo revolucionário, em que o trabalhador

tem na sua representação uma espécie de “corpo especializado”, que contribui para a construção de um “processo revolucionário” em curso; que rejeita a pluralidade com uma tendência, quase natural, de expurgar quem pensa diferente, pois este representa um perigo “para a unidade de ação”; que se apresenta como um “lutador” permanente contra os governos e cujo diálogo se expressa pelo “eu exijo”, “eu quero” e com a ameaça constante de greves “por tempo indeterminado”, que atraiu, ao longo dos anos, a crítica dos alunos e da sociedade; que enxerga a luta política como uma constante busca pela “tomada de po-

der”, com o claríssimo objetivo de “derrotar os inimigos de classe” (sic).

Acusa-se o primeiro movimento de ter sido forjado pelo PT e que é “dócil” e “pelego”, mas foi esse movimento que criou a classe de Professor Associado; que lutou por uma nova carreira e pelo fim dos penduricalhos no contracheque e que, vivenciando uma profunda mudança na sua base social, defendeu que o professor tivesse sua titulação retribuída; que criou a carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), contra, inclusive o SINASEFE, hoje um dos aliados do segundo Movimento.

Foi esse movimento, nascido em 2004, ao perceber que a natureza democrática da associação fundada em fins dos anos 70 perdera-se no endurecimento quase religioso de sua postura estratégica, forjando táticas completamente distantes do professor que labuta diaria-

mente, que pretendeu ser algo diferente, de buscar a heterogeneidade como sua força e como seu princípio.

Foi esse movimento, tornado Federação, em 2012, que ergueu um Movimento Docente cuja base é o Sindicato independente, soberano e propositivo, que tem como poder a sua capacidade de ser um corpo dirigente, que tem identidade ideológica, mas que reconhece seu papel e seu lugar no movimento, o que significa ter alta sensibilidade para lidar com os contrários, mesmo os mais antagônicos.

Esse Movimento Docente, ainda em construção, está buscando convencer os professores que o anacronismo de uma “mobilização permanente” tornou o outro movimento enrijecido, envelhecido e inapropriado ao que temos hoje. E a melhor forma de convencer os professores a tomar novos rumos é fazê-los olhar para os

dois Movimentos e se encontrar, se sentir acolhido.

Esse Movimento Docente, expresso numa Federação, já está na ofensiva de negociar com esse governo, mesmo que isso signifique ir contra todos os princípios ideológicos de muitos dirigentes dos sindicatos que a formam, mas é uma necessidade imperativa para que, nessa tempestade, não sejamos levados pela correnteza e que se possa dar aos professores uma mínima proteção aos tempos sombrios que virão.

E quanto ao outro Movimento Docente, não preciso fazer nenhuma colocação, pois a história e os fatos recentes falam por si só.

A Federação é o caminho menos tortuoso para o Movimento Docente, mas pode-se escolher permanecer no “trem revolucionário”, mas este está descarrilhado há muito tempo. ■



Wellington Duarte é professor do Departamento de Economia da UFRN e presidente do ADURN-SINDICATO.



Quanto custa a educação pública de qualidade no Brasil?

Derrubando mitos e trazendo agendas para o Financiamento adequado da educação de qualidade no País

Por Andressa Pellanda

O Brasil demorou centenas de anos para formular uma legislação que não somente permitisse como também tornasse obrigatória a Educação Básica a todas/os residentes em território nacional – o que inclui imigrantes. A Constituição Federal de 1988 foi emendada, em 2009, tornando o ensino obrigatório dos 4 aos 17 anos. Até hoje, a universalização da Educação Básica ainda é um desafio. Além das 2,5 milhões de crianças e adolescentes fora da escola (Pnad/IBGE), ainda há taxas preocupantes de distorção idade-série – também

muito ligadas a casos de exclusão escolar no histórico das crianças e adolescentes nesse grupo –, e de adultos que não puderam cursar as etapas da educação na “idade certa” e, muitas vezes, não têm acesso a vagas na Educação de Jovens e Adultos. Três em cada dez habitantes – 38 milhões de pessoas – entre 15 e 64 anos ainda são analfabetas/os funcionais no Brasil, de acordo com dados do Inaf 2018.

Esse cenário não é o único preocupante. As crianças e adolescentes que estão inseridas na escola mui-

tas vezes não têm acesso a uma educação de qualidade. Docentes são mal remunerados – quase metade das redes de ensino não cumpre o Piso do Magistério –, muitas escolas não dispõem de profissionais bem formados e valorizados adequadamente, não há material suficiente e há casos em que nem a estrutura do prédio escolar é garantida. Há escolas indígenas, por exemplo, que só existem porque seus professores cedem espaço da própria casa para tal.

Diante desses diagnósti-

cos, que se repetem a cada Censo Escolar, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação se fez uma pergunta: como incluir todas as crianças e adolescentes do País em escolas de qualidade? Após muitos estudos, consultas públicas, debates com comunidades acadêmicas e escolares, conselheiros/os, gestoras/os e movimentos sociais, chegamos a uma proposta: Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e Custo Aluno-Qualidade (CAQ).

O CAQi/CAQ calcula quanto custa por ano, por etapa e modalidade da educação básica, para se garantir insumos de qualidade em toda escola do País. Esses insumos vão desde a infraestrutura dos prédios, todos inclusivos, passando pelos materiais permanentes, até a garantia de condições de trabalho, formação e valorização das/os profissionais da educação. O CAQi é o padrão mínimo e o CAQ, o que se aproxima mais dos países mais desenvolvidos em termos educacionais.

Após muita incidência política, conseguimos que o

CAQi/CAQ fosse nossa referência em lei para definição dos insumos de qualidade e para calcular quanto precisamos investir. O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê o aumento progressivo do investimento para a área até 2024, quando deve atingir o patamar de 10% do PIB, usando como base de cálculo justamente o CAQi/CAQ. Essa previsão garante a criação de vagas para todas as crianças e adolescentes em exclusão escolar e que todas as escolas do País possam ser adequadas a esse padrão de qualidade.

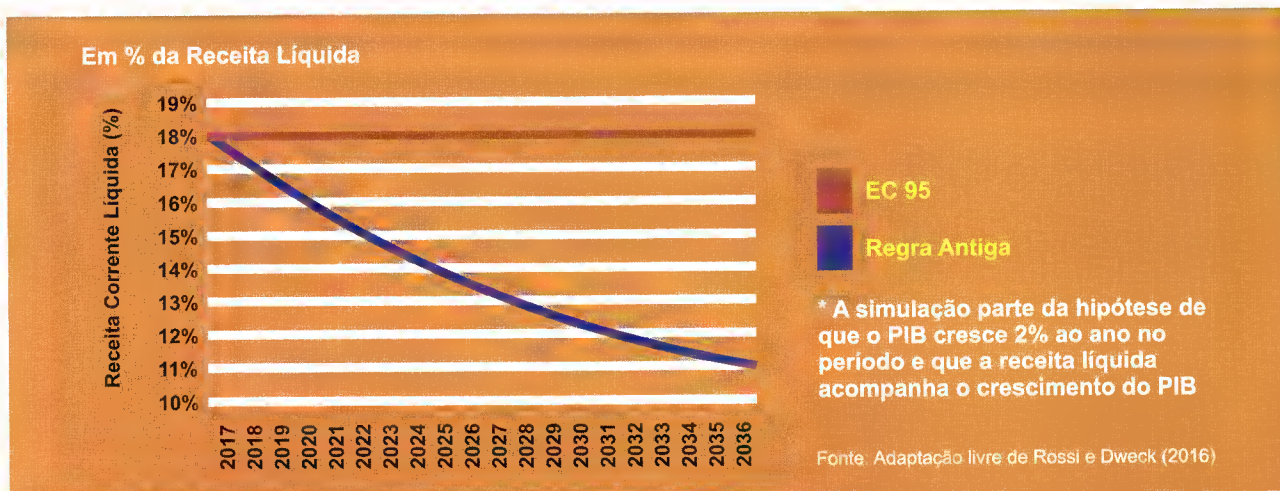
Quando comparamos o CAQi/CAQ com os valores pagos em média nas escolas particulares do Brasil, o resultado é que o CAQi/CAQ custa cerca de duas a três vezes menos. Ou seja, gastamos menos pela mesma ou até por melhor qualidade. Esse é o primeiro mito a ser derrubado: privatizar não é mais eficiente.

Hoje investimos de 3 a 5 vezes menos do que o previsto pelo CAQi. Para implementá-lo, precisamos investir cerca de R\$ 55 bilhões a mais por ano. Diante do orça-

mento público de 2018, de R\$ 3,57 trilhões, a questão definitivamente não é de falta de recursos. Esse é o segundo mito a ser derrubado: há recurso público para ser investido em educação pública, o que não há é prioridade política e alocativa.

Mas, então, por que ele ainda não foi implementado? Além da crise e dos processos de escanteio do PNE, que chega a seu quarto ano com nenhuma de suas metas e estratégias previstas até 2018 cumprida integralmente, foi aprovada, em dezembro de 2016, a Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos nas áreas sociais até 2036.

Além de prever a diminuição de recursos totais para a área (conforme o gráfico abaixo), a EC 95 inviabiliza a execução do Plano Nacional de Educação 2014-2024 e, muito provavelmente, também do seu sucessor, que deve ter vigência entre 2024 e 2034. É um decreto não somente de estagnação, mas de deterioração profunda de nossa educação pública.



Não bastasse isso, a EC 95 tem pressionado para que outras políticas permanentes e fora do Teto de Gastos se adequem aos cortes. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 previa um aumento de R\$ 1,5 bilhões ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Apesar de aquém do necessário, seria um avanço em meio à aridez dos retrocessos. Essa rubrica, no entanto, foi a única vetada por Temer em todo o orçamento.

O Fundeb vigente vence em 2019. A partir de 2020, deverá vigorar um Fundo permanente para a educação básica, proposto nas Emendas à Constituição (PEC) 15/2015, da Câmara dos Deputados, e 24/2017, do Senado Federal. Ambas as propostas tramitam hoje com a inclusão do CAQi/CAQ em seus textos. Nossa principal luta, agora, é que a complementação da União ao Fundo possa ser aprovada em um patamar mínimo de 50%, necessário para a implementação do CAQi/CAQ.

Cada passo dado em políticas educacionais pode representar um imenso avanço ou um retrocesso profundo. Nossos governantes precisam entender que com o orçamento dedicado às áreas sociais – especialmente à educação, primeiro direito social listado pela Constituição Federal – não se brinca. É inaceitável que ele seja deixado à mercê de interesses escusos. Cada corte impacta milhões de pessoas, que dependem do bom funcionamento dos serviços públicos para sua formação cidadã, para sua formação para o trabalho, para suas vidas. ■



Rovena Rosa/Agência Brasil Fotografias

Andressa Pellanda é coordenadora de políticas educacionais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. É pós-graduada em ciência política (FESP/SP), bacharel em comunicação social, com habilitação em jornalismo (ECA/USP) e especialista em negociação diplomática (Fundação Diplo/Suíça). Pesquisa advocacy e políticas educacionais, especialmente as temáticas educação política, qualidade, financiamento e mecanismos de privatização da educação. Atua também como educadora popular, no Cursinho Construção, em São Paulo.



A asfixia da Ciência e Tecnologia brasileira

Em Terra Brasilis, Fala-se de C&T como algo secundário...
O preço desta aposta é alto. Pagamos com o nosso atraso, com a nossa eterna dependência das tecnologias geradas nos países centrais

Por Karina Pereira Vieira e Tulio Chiarini



Nos últimos dois anos, o sistema brasileiro de ciência e tecnologia (C&T) tem sofrido ataques constantes. Um dos mais fortes foi, sem dúvida, a aprovação do projeto de emenda constitucional (PEC 241/55) que limita os gastos do governo para os próximos anos. Segundo economistas mais críticos, tal medida não trata de uma agenda de crescimento, mas de um projeto de longo prazo de desmonte do Estado de bem-estar social brasileiro.[1]

As reduções orçamentárias para atuação tanto do Ministério da Educação (MEC) como do Ministério da Ciência e Tecnologia

(MCTIC) podem ter efeitos de longo prazo desastrosos, ajudando a ampliar o hiato entre a nossa produção científica e a fronteira mundial. Justamente o contrário do que tem sido feito na China nos últimos anos. Enquanto em Terra Brasilis há cortes em C&T, a China investe pesadamente em atividades científicas e consegue dar saltos fantásticos, obviamente com ativa atuação do governo central.

O sistema de C&T brasileiro foi forjado lentamente durante décadas com forte presença do Estado. Nos anos 1950 foram criados o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e na década seguinte a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), cada qual com sua missão. Tais órgãos ajudaram a dar as disposições institucionais do sistema brasileiro de C&T contemporâneo. Sistema este que apresenta sim muitas lacunas que dificultam a geração de sinergias e a ampliação das oportunidades inovativas domésticas, porém nenhum especialista em saúde pública recomendaria seu desmonte. Aliás, o reconhecimento da importância da C&T ressurge nos anos 2000, após um longo período de total

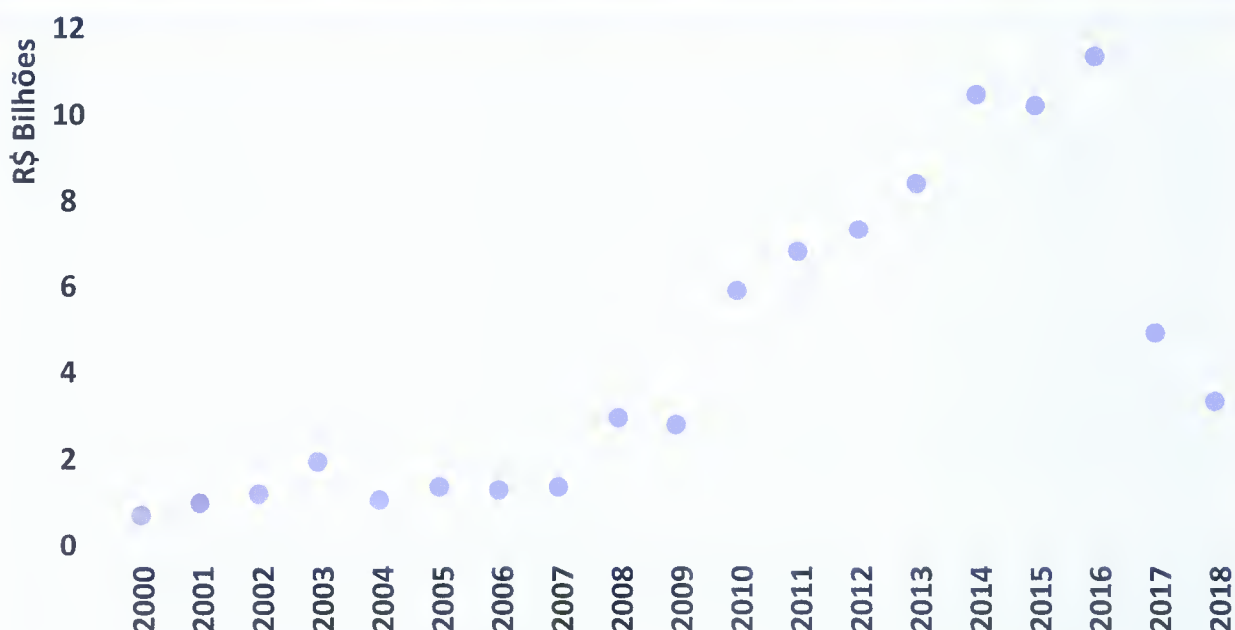
abandono e descuido na década de 1980-1990. Em 2004, o então presidente Lula sancionou a Lei 10.973, chamada popularmente de “Lei da Inovação”, tratando sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à autonomia tecnológica do País, sendo regulamentada no ano seguinte pelo Decreto nº 5.563/2015. Por si só essa Lei marcou um avanço em aceitar que as atividades de C&T afetam sobremaneira o ambiente produtivo nacional e devem ser tratadas de forma endógena.

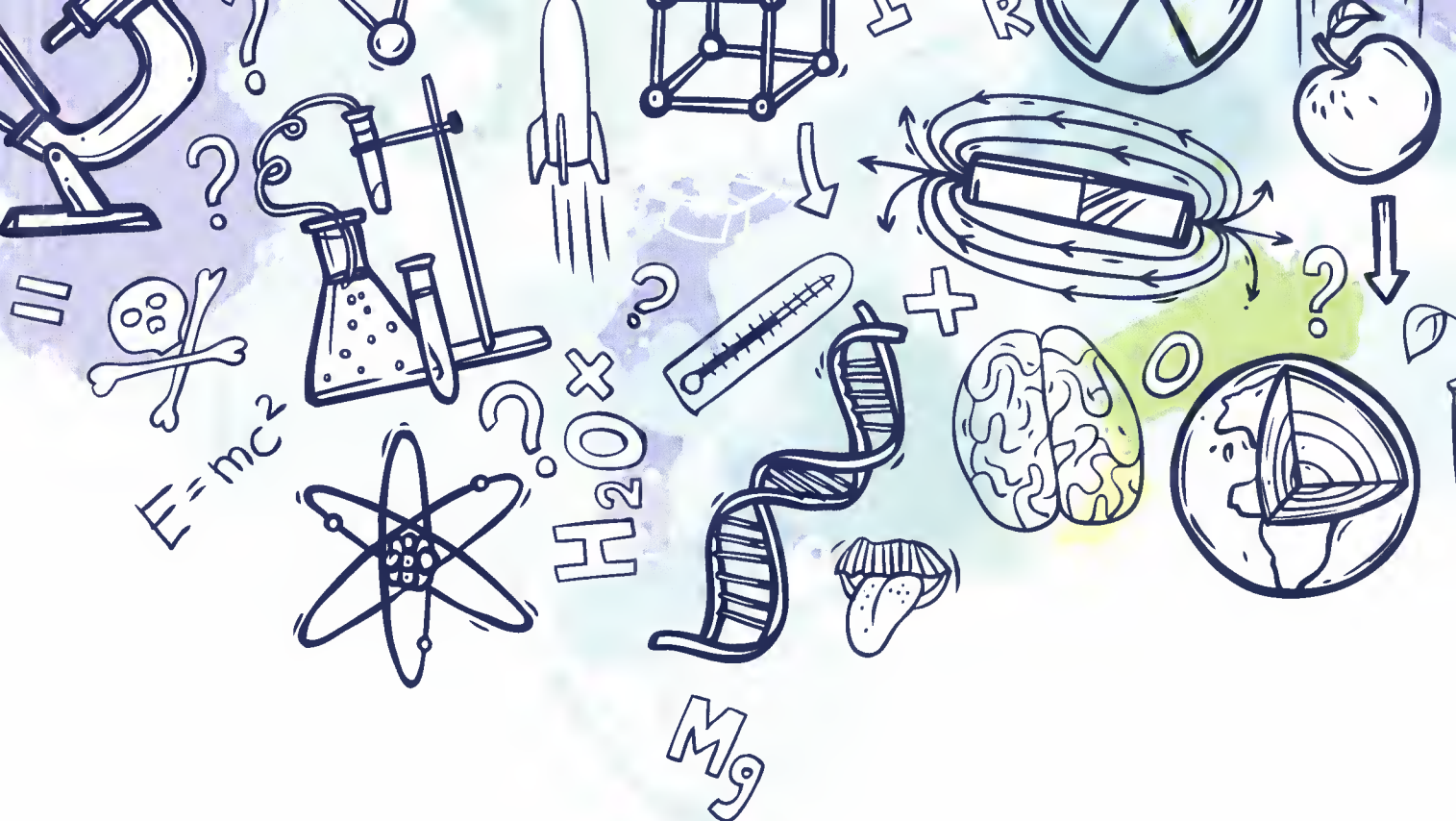
No bojo das ações referentes aos cortes gigantes no orçamento de C&T, no início de agosto, o comunicado da Capes sobre a possível interrupção do pagamento das bolsas de pesquisa, a partir de 2019, causou estremecimento na comunidade científica brasileira. Apesar disso, o que presenciemos tem sido pouco ou nenhum posicionamento da mídia tradicional, a qual, pelo contrário, tem atacado sobremaneira a comunidade científica brasileira.

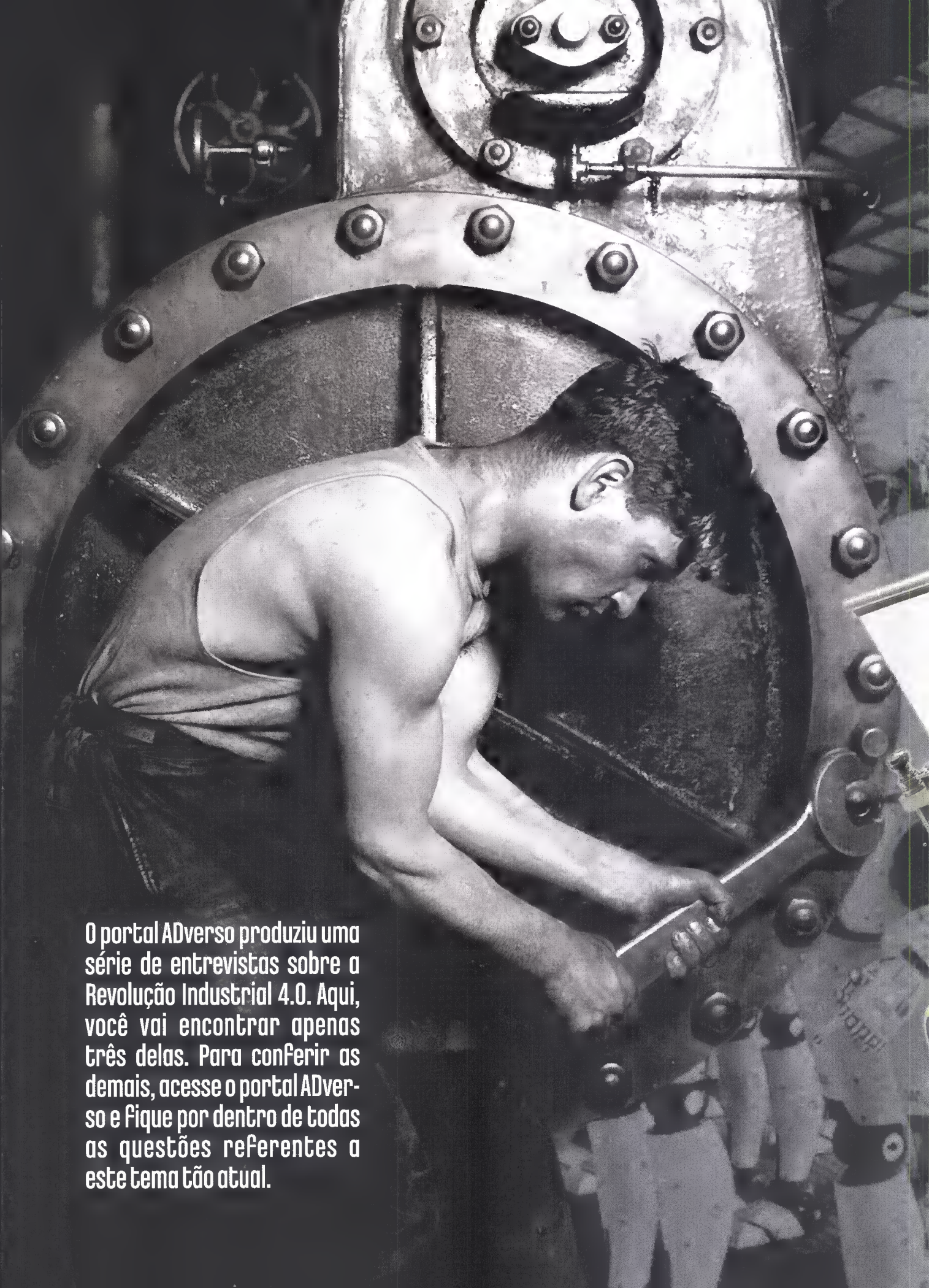
Em termos nominais, o orçamento da Capes para 2018

equipara-se ao de 2011 e, em termos reais, equivale ao de 2010, conforme pode ser visto na Figura abaixo. O ano de 2016 marca o fim da tendência de crescimento do orçamento da Capes para “subsidiar [...] a formulação de políticas para pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores público e privado”. [2]

Orçamento autorizado por Lei Orçamentária para a Capes, Programa Educação Superior (graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão), valores constantes







O portal ADverso produziu uma série de entrevistas sobre a Revolução Industrial 4.0. Aqui, você vai encontrar apenas três delas. Para conferir as demais, acesse o portal ADverso e fique por dentro de todas as questões referentes a este tema tão atual.

REVOLUÇÃO
INDUSTRIAL

4.0



Mudanças estão alterando nossa relação com a sustentabilidade da vida humana

Entrevista com Marilane Teixeira, economista e doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP

Texto: Daiani Cerezer

Arquivo Pessoal



Economista e pesquisadora, Marilane Teixeira é Doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP, mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia São Luiz.

ADVERSO - Quando iniciou e quais são as princi-

pais características da 4ª Revolução Industrial?

Marilane Teixeira - As inovações tecnológicas vêm gerando mudanças na produção industrial desde o início do século XX. O elemento novo nesse processo é a economia digitalizada, considerada a grande responsável pelas transformações na produção da forma como a conhecemos hoje. A origem do termo “Indústria 4.0” ou 4ª Revolução Industrial está associada às pesquisas de alta tecnologia realizadas, inicialmente, pela Alemanha. Desde então, o termo “Indústria 4.0” ou 4ª Revolução Industrial começou a ser utilizado de maneira indistinta e ampla, primeiramente, pelo Fórum Econô-

mico Mundial, em 2015, e depois em publicações, como *The Economist*, que publicou um número especial sobre a Indústria 4.0, e a Eurofound, agência de pesquisa da União Europeia, que produziu vários informes sobre as consequências da 4ª Revolução Industrial para o futuro do trabalho. Portanto, o termo designa toda adoção de tecnologia que represente avanços e que rompa com os padrões e modelos estabelecidos, a exemplo da digitalização e da inteligência artificial.

Os conceitos abarcam empresas, que utilizam internet para oferecer soluções personalizadas, e prestadores de serviços indiretos, por meio de platafor-

mas, até o uso das mais variadas formas de tecnologias, da impressão 3D a drones e robótica industrial avançada, em combinação com o desenvolvimento nas áreas de engenharia, biotecnologia, nanotecnologia e microtecnologia, materiais avançados e mudanças radicais aplicadas em tecnologias energéticas e meio ambiente. A inteligência artificial, por exemplo, representa um estágio em que as máquinas são capazes de comunicar-se entre si ao invés de se reportarem para um painel de controle operado por funcionários qualificados. Essas mudanças estão alterando profundamente não só os padrões de produção e consumo, mas também a nossa relação com a sustentabilidade da vida humana e da própria relação com o trabalho.

ADVERSO - Em que aspectos esta reorganização da sociedade e do mundo do trabalho já pode ser percebida?

Marilane Teixeira - Até agora, são os governos e empresas que têm protagonizado esse processo de mudanças. Centrados nos aspectos econômicos e tecnológicos, eles têm negligenciado os aspectos sociais. Análises apontam que as repercussões sociais, como o futuro do trabalho, os desafios para os sistemas de proteção social, os efeitos ambientais e as desigualdades econômicas existentes, estão colocadas em segundo plano.

Por outro lado, as previsões a respeito da 4ª Revo-

lução Industrial e seus impactos no mercado de trabalho aparecem na literatura de forma bastante polarizada. As expectativas otimistas vislumbram possibilidades de ampliação da quantidade de trabalho com altos salários. Por outro lado, os diagnósticos mais pessimistas preveem perdas de empregos entre 35% a 45%. A OCDE estima que 9% dos empregos estarão em risco e que 50% a 70% das tarefas serão automati-

“Essas mudanças estão alterando profundamente não só os padrões de produção e consumo, mas também a nossa relação com a sustentabilidade da vida humana e da própria relação com o trabalho.”

zadas. A OIT sugere que 56% dos empregos correm risco de automatização nos próximos 20 anos. É muito difícil avançar em dados concretos, porque são muitos os fatores que afetam ou podem afetar esse processo em transformação. Por outro lado, as sociedades estão em constante transformação e sob ação dos sujeitos sociais em luta. Determinar o ritmo dessas mudanças e como afetarão o conjunto das economias de-

envolvidas e não desenvolvidas faz parte da complexidade desse momento histórico em que estamos vivendo. É certo que, historicamente, o capital nunca prescindiu do trabalho, seja como ofertante de força de trabalho ou consumidor de seus produtos.

Com relação à inteligência artificial, em que o grau de produção digitalizada se apresenta de forma mais sofisticada desde o ponto de vista tecnológico - embora seja objeto de muitas controvérsias -, a sua utilização é muito ampla e pode ser vista desde a fabricação até a sua adaptação ao trabalho manual, como classificação de pedidos, processamento de dados do consumidor e seleção de candidatos para empregos, o que, certamente, tornará muitos trabalhadores descartáveis.

Neste contexto, cresce a descentralização produtiva que está na base do modelo, com as plataformas virtuais, criando oligopólios na prestação de serviços, a exemplo do Uber.

ADVERSO - Quais serão os principais impactos da 4ª Revolução Industrial no mundo do trabalho (organização do trabalho) e na vida dos trabalhadores?

Marilane Teixeira - Aqueles que, sob a justificativa das transformações nas formas de trabalho decorrentes das novas tecnologias da informação e da comunicação, profetizam a urgência de empregos mais flexíveis parecem não se in-



comodar com o grau de precariedade resultante dessas modalidades de contratação. Seu ponto de partida é o mercado. Todos são potencialmente consumidores e o trabalho deve se adaptar continuamente a essa lógica. No livro “Vida para consumo”, publicado em 2008, Bauman relata a experiência de Arlie Russel Hochschild, no Vale do Silício, nos Estados Unidos, em que a preferência por empregados “flutuantes”, descomprometidos, flexíveis, “generalistas” e, em última instância, descartáveis, em vez de especializados e submetidos a um treinamento estritamente focalizado, foi o mais seminal de suas descobertas. Segundo Bauman, o empregado ideal seria uma pessoa sem vínculos, sem compromissos e sem ligações emocionais anteriores, e que evite estabelecê-los agora, ou seja, uma pessoa disposta a assumir qualquer tarefa que lhe apareça e preparada pa-

ra se ajustar e refocalizar, de imediato, suas próprias inclinações, abraçando novas prioridades e abandonando as adquiridas anteriormente.

Há uma geração de autores de formação liberal que acredita que esses novos empregos são expressão de uma sociedade em movimento, que não distingue trabalho formal e trabalho temporário, tornados indiferentes. Entretanto, essas formas de trabalho exigem legislação pertinente, que concilie novos modelos com as antigas formas de trabalho, entendido como sendo o formalizado e realizado em tempo integral. Essas abordagens, geralmente, pressupõem que as mudanças tecnológicas são inevitáveis e que as novas ofertas de capital e trabalho vêm de forma descentralizada, através de um grupo de pessoas, o que chamam de “economia compartilhada”, tornando indiferentes

os limites entre “esfera pessoal e “esfera profissional”, e transformando atividades rotineiras em mercadorias e/ou serviços, a exemplo da uberização. Entretanto, o que essas abordagens não mencionam é o grau de precarização e de insegurança que essas novas formas promovem. Em uma sociedade cada vez mais mergulhada no mercado de consumo, e com formas precárias de trabalho, quem irá de fato consumir o que é produzido? Essa é pergunta que deve ser feita. Os trabalhadores estão, permanentemente, conectados e disponíveis. O trabalho pode ser monitorado de forma remota, esses sistemas impõem vigilância permanente, independentemente do local em que a atividade está sendo realizada.

ADVERSO - Hoje, o capital é o grande beneficiário desta nova revolução. Você acredita que a socie-

dade também poderá colher os frutos do avanço tecnológico?

Marilane Teixeira - Se é correto afirmar a subordinação crescente dos avanços tecnológicos aos interesses exclusivos do capital produtivo e financeiro como uma das características constitutivas dessa atual etapa do capitalismo, também é certo que se trata de processos históricos e o desfecho depende da correlação de forças sociais em disputa. Os avanços tecnológicos devem estar a serviço da sustentabilidade da vida, portanto, a pergunta que deve ser feita é se os benefícios serão apropriados pelo capital privado ou para a produção de bens públicos? Há que se retomar a capacidade do Estado como impulsionador do desenvolvimento econômico, por meio de políticas de fomento à pesquisa e de construção de marcos regulatórios, que estabeleçam as condições em que as pesquisas tecnológicas devem ser desenvolvidas e como devem ser apropriadas pela sociedade, tendo como principal propósito o bem comum.

ADVERSO - Qual é o futuro do emprego?

Marilane Teixeira - Trabalhar é uma atividade humana básica e imprescindível, que consiste em criar riqueza, dar sentido à vida, relacionar-se com as pessoas e conseguir meios para viver dignamente. É certo que a natureza do emprego está mudando e que o trabalho em tempo integral vem sendo, cada vez mais, substitu-

ído por diversas outras formas de emprego. Também é preciso reconhecer que se trata de empregos com elevado grau de competição, de desvalorização das relações de solidariedade e de intensificação de formas mais precárias de contratação, com implicações profundas na vida das pessoas, pelo grau de insegurança e de incertezas que empregos parciais, intermitentes, autônomos e precários oferecem em termos de futuro, além de ser um fator que contribui para as desigualdades. As principais tendências estão longe do padrão em tempo integral, trata-se de uma gama de acordos contratuais independentes ou pseudo-independentes.

"Em uma sociedade cada vez mais mergulhada no mercado de consumo, e com formas precárias de trabalho, quem irá de fato consumir o que é produzido? Essa é pergunta que deve ser feita."

No entanto, nosso objetivo é de continuar defendendo empregos dignos e com qualidade para todas as pessoas. Se é certo que o mercado de trabalho passará por profundas transformações, em que novas ocupações surgem e outras serão destruídas, é fundamental que os direitos sejam asse-

gurados e que o acesso seja garantido, eliminando todas as formas de segregação e discriminação. No Brasil, atualmente, são mais de 13 milhões de desempregados, frutos de uma política de austeridade fiscal e de subordinação ao rentismo, que condena milhões de pessoas à desocupação e a trabalhos precários. Não são as tecnologias que estão desempregando no Brasil de hoje, mas os equívocos da política econômica neoliberal. Isso afeta de forma mais contundente as mulheres e a população negra, maioria entre as pessoas desempregadas e nos trabalhos sem proteção social.

Precisamos ampliar a ideia de trabalho e incorporar atividades que são realizadas, gratuitamente, pelas mulheres no âmbito familiar, mas que não são reconhecidas socialmente, construindo uma sociedade com maior igualdade para as mulheres e para a população negra.

ADVERSO - A Reforma Trabalhista tem relação com a 4ª Revolução Industrial?

Marilane Teixeira - Trata-se da agenda prioritária do capital, a Reforma Trabalhista, que foi retomada pelo documento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), intitulado "101 propostas para Modernização Trabalhista", de 2012, período que coincide com a perda de dinamismo da economia, especialmente da indústria. Em 2015, ao reeditar "Agenda legislativa da Indústria", a CNI deu ênfase

a dois temas: o negociado sobre o legislado e a terceirização.

A Reforma Trabalhista, embora faça parte da agenda permanente dos empresários, ganha maior relevância em contextos econômicos e políticos mais complexos, em que reformas estruturais são eleitas como a única alternativa para o capital se movimentar livremente e retomar um novo ciclo de acumulação. Entre as reformas liberalizantes, a ênfase é dada à da área do trabalho. O argumento usado é o de que há um excesso de direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, e que tal “excesso de rigidez” impede que a iniciativa privada realize os investimentos necessários para a retomada dos níveis de atividade econômica e do emprego.

Inclusive, o debate no Brasil, a partir de uma perspectiva liberal, sugere que a integração do Brasil na agenda da 4ª Revolução Industrial somente se concretizará se o País realizar as reformas estruturais necessárias, a exemplo da reforma trabalhista, previdenciária, fiscal, a abertura econômica de forma unilateral, entre outras.

Neste sentido, a Reforma Trabalhista reforça uma concepção de que o País só se tornará competitivo e, portanto, em condições de ingressar nessa nova era digital, se acertar as contas com o “atraso”. Para estes

setores, a 4ª Revolução Industrial não existe sem a integração nas cadeias globais de “valor” e, para o País ganhar competitividade, é fundamental flexibilizar direitos e reduzir custos com o trabalho. O exemplo do agronegócio no Brasil é utilizado largamente como experiência positiva, e que não podemos nos conformar com uma posição de mero consumidor digital.

"A Reforma Trabalhista reforça um modelo de inserção predatório e espúrio, baseado na redução de custos e na precarização das relações de trabalho, porta de entrada para a submissão e dependência às grandes corporações transnacionais."

A Reforma Trabalhista reforça um modelo de inserção predatório e espúrio, baseado na redução de custos e na precarização das relações de trabalho, porta de entrada para a submissão e dependência às grandes corporações transnacionais.

ADVERSO - A renda mínima pode ser uma política de compensação para a parcela mais pobre da população, que tende a ser excluída do mundo do

trabalho pelas transformações que vêm ocorrendo? Como ela funcionaria e quem se beneficiaria dela?

Marilane Teixeira - Retomar o papel do Estado é prioridade, criar condições para que toda a sociedade tenha acesso a um trabalho digno, pensar medidas concretas de distribuição de renda, por meio de reformas estruturais, bem como repensar a taxação dos impostos para os mais ricos e inverter a lógica da tributação, em que são os mais pobres que pagam mais impostos. As mudanças tecnológicas devem ser vistas sob uma perspectiva de sustentabilidade da vida. O centro deve ser a vida e não o mercado. Portanto, valorizar o espaço de produção de bens para as famílias; romper com o binômio família e mercado; e incorporar o Estado e a comunidade. A perspectiva de exclusão do mundo do trabalho, por meio das transformações, deve estar colocada como uma possibilidade, da mesma forma em relação a uma renda mínima, mas devemos ousar e projetar uma sociedade no futuro em que todas as pessoas que buscam trabalho e auto-realização possam ter oportunidade de alcançá-los.

ADVERSO - No século 20, a luta pela redução da jornada foi uma resposta dos trabalhadores ao avanço tecnológico. A senhora acredita que, frente às mudanças estruturais no mundo do trabalho, esta bandeira pode-

rá ser, novamente, um mote da luta sindical?

Marilane Teixeira - O tema da redução da jornada de trabalho é muito atual. Trata-se de uma luta histórica da classe trabalhadora, é uma bandeira com um significado político muito forte, porque a humanidade, desde a última grande redução da jornada de trabalho, já experimentou avanços tecnológicos e organizacionais notáveis. Estamos prontos para uma jornada reduzida, que permitirá que as pessoas possam desfrutar melhor do tempo livre e uma oportunidade de gerar mais empregos.

Entretanto, nos últimos anos, essa bandeira prati-

camente desapareceu da agenda sindical e, em parte, porque as categorias mais estruturadas já têm jornadas menores. Neste sentido, falta solidariedade dos mais fortes com as categorias mais frágeis, e que seguem com jornadas extensas e exaustivas.

Além disso, a sociedade necessita se reorganizar em relação ao tempo do trabalho e do não trabalho. As pressões que recaem sobre as mulheres na esfera da reprodução social é um impedimento para que possam se realizar profissionalmente; e jornadas menores contribuem para que o tema do compartilhamento das responsabilidades familiares seja as-

sumido como atribuição de homens e mulheres.

ADVERSO - Na sua avaliação, quais serão os impactos da 4ª Revolução Industrial na educação e, mais especificamente, na atividade docente?

Marilane Teixeira - Há uma vasta literatura que trata dos avanços tecnológicos e seus efeitos sobre a pesquisa, o conhecimento e as profissões do futuro. A partir das salas de aula, pode se produzir alterações na construção do conhecimento, nos processos de aprendizagem, nas metodologias e ferramentas que estarão disponíveis. Embora exista uma pressão crescente para que





os educadores se adaptem a esse novo momento, as pesquisas não convergem, necessariamente, para uma mesma direção. O entendimento de que a pesquisa, a troca de ideias e de experiências serão as bases do conhecimento ganha espaço entre quem acredita neste processo como oportunidade para o desenvolvimento de competências. É uma discussão antiga, que está sendo retomada no atual contexto de transformações, mas mantendo as características do debate anterior: de mudança de um padrão baseado na 2ª Revolução Industrial para a produção flexível. O discurso corrente é de que o trabalho precisa se adaptar às mudanças tecnológicas. E, portanto, ao invés de se partir de um conjunto de conteúdos disciplinares existentes, com base no qual se efetuam as escolhas para atender os conhecimentos considerados mais relevantes, parte-se de situações concretas, e as disciplinas serão requeridas apenas na medida de suas necessidades, desprezando as dimensões social e histórica do processo educativo.

O grande desafio para o

futuro é preservar o conhecimento em uma sociedade em que a flexibilidade é a palavra de ordem do momento. Como indica Bauman em “Capitalismo Parasitário”, a capacidade de abandonar depressa os hábitos presentes torna-se mais importante do que o aprendizado dos novos. E isso tem implicações nas mudanças no processo de ensino.

Entretanto, é importante destacar que a demanda por trabalho de baixa qualificação seguirá sendo a principal opção nos países em desenvolvimento, por representarem custos menores, e esta realidade dificilmente irá se alterar, mantendo-se a atual divisão internacional do trabalho. Além disso, o trabalho de qualificação média poderá ser adquirido, em qualquer parte do mundo, por meio das plataformas digitais.

Por outro lado, como reflexo da construção de novos paradigmas, as escolas e as universidades serão pressionadas a formar indivíduos com ideias originais, sem a necessidade de professores que os orientem num percurso único e super-

lotado, mas de consultores que os ensinem a caminhar de forma individual e, de preferência, sem laços afetivos e de solidariedade.

Portanto, independentemente dos avanços da inteligência artificial, do carro elétrico, dos chips implantáveis, a vida humana seguirá e exigirá cuidados. A pergunta a ser feita é: para quais propósitos essas novas tecnologias irão servir? Elas devem ser tratadas como ferramentas, instrumentos, pois as pessoas não podem ser moldadas às novas tecnologias. Elas é que devem estar a serviço da vida, e a forma como o conhecimento será construído e transmitido é essencial.

Nesse sentido, o papel do educador é fundamental e estará em permanente questionamento. Certamente, o que se colocará em debate é a construção do conhecimento de forma crítica e criativa ou a pedagogia das competências. A primeira, aposta na construção de cidadãos e, a segunda, em indivíduos solitários e competitivos. ■



A desmercantilização e as possibilidades de vida fora do mercado de trabalho

Marcio Pochmann é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp e presidente da Fundação Perseu Abramo

Texto: Daiani Cerezer



Arquivo Pessoal
Marcio Pochmann
Professor e presidente da
Fundação Perseu Abramo

ADVERSO – O que marca a 4ª Revolução Industrial?

Marcio Pochmann - Basicamente, a partir da segunda metade do século XVIII, 1750-1760, há uma primeira grande revolução industrial e tecnológica, cujas principais características estão associadas à introdução da mecanização, inicialmente, do tear mecânico, que substituiu as anti-

gas rocas de produção têxtil. Na sequência, o motor a vapor foi fundamental para encurtar distâncias, agilizar o transporte ferroviário e a própria navegação. Essa revolução industrial tecnológica fez com que a Inglaterra, um país com 20 milhões de habitantes na época, se transformasse no centro industrial produtor e exportador do mundo, superando antigas regiões que dominavam a produção na sociedade agrária. Essa primeira revolução industrial, de certa maneira, demarcou uma trajetória do capitalismo de elevados bens de produtividade em função da mecanização e da revolução tecnológica.

No final do século XIX, entre 1870 e 1910, uma se-

gunda revolução industrial e tecnológica, mais associada aos EUA e Alemanha, foi marcada pela introdução de novos materiais, como o motor, a combustão, a química e os combustíveis fósseis. Décadas depois, no final dos anos 60, teve início um ciclo de progresso técnico, que veio com a microeletrônica e ganhou amplitude com os computadores, a nanotecnologia... era a terceira revolução industrial. Alguns autores identificam que a fase atual - com a presença mais concreta da inteligência artificial, dos robôs - tem uma característica distinta da terceira revolução industrial tecnológica. Então, há uma controvérsia se, de fato, esta é a quarta ou a terceira revolução.

De certa maneira, o que estamos vivendo é um avanço no progresso técnico, mas muito diferente do que ocorreu na primeira e na segunda revolução industrial, que foram marcadas pelo aparecimento de novos complexos de produção. Hoje, salvo as empresas vinculadas mais à internet, como o Facebook e o Google, as grandes corporações transnacionais, que são as principais responsáveis pela inovação tecnológica, têm 80, 100 anos. Elas são empresas da segunda revolução industrial, que vão alterando a forma de produção, de organização do trabalho e os materiais, mas dentro da estrutura produtiva já existente. As montadoras, antes, tinham uma organização fordista. Hoje, elas são empresas mais enxutas, robotizadas, mas dentro da estrutura que já existia. É diferente da primeira e, sobretudo, da segunda revolução industrial, que criaram novos sistemas de produção.

A discussão, agora, diz respeito à economia do tempo de trabalho, que é uma característica marcante do progresso técnico, que permite ganhos de produtividade, ou seja, produzir em maior escala com menos pessoas empregadas. A polêmica que está colocada é o que será feito com o excedente de mão de obra, que é estrutural nesta revolução tecnológica, mas que não é um fato novo na trajetória do capitalismo. A primeira revolução industrial e tecnológica também foi portadora de eco-

nomia de mão de obra, porque o tear mecânico substituiu muitas pessoas das antigas rocas de produção têxtil, especialmente na Índia, que ainda era o principal centro produtor têxtil no início do século XVIII. O que aconteceu com a inovação tecnológica, na primeira revolução, é que grande parte das pessoas que sobraram do progresso tecnológico, migraram e conformaram o novo mundo. Com o progresso técnico, com a construção da socie-

"...até a segunda revolução industrial, as crianças é que predominavam no mercado trabalho, a industrialização europeia foi feita com o trabalho infantil."

dade urbana industrial, eles se aventuraram para a América Latina, para o Brasil, para a América do Norte e assim por diante. Então, a migração internacional foi um elemento que reduziu, suavizou o excedente de mão de obra gerado pelo progresso técnico na primeira revolução industrial.

Na segunda revolução industrial, no final do século XIX e início do século XX, o ganho de produtividade e o excedente de mão de obra

gerado foi enfrentado, de um lado, pelas duas grandes guerras mundiais, que significaram um número expressivo de mortos, e, de outro, com políticas que regularam o mercado de trabalho. As jornadas de trabalho, por exemplo, que eram de 60, 70 horas semanais, foram reduzidas para 48, 44 e até 40 horas semanais. E, também, os trabalhadores passaram a ter direito às férias, aos feriados. Outra iniciativa foi a proibição do trabalho infantil, porque até a segunda revolução industrial as crianças é que predominavam no mercado de trabalho, a industrialização europeia foi feita com o trabalho infantil. Isso significou menos pessoas neste mercado de trabalho. Da mesma forma que a criação do sistema de aposentadoria e pensão fez com que elas, depois de terem trabalhado certo tempo, saíssem do mercado de trabalho. Então, o que eu quero chamar a atenção é para o fato de que foi possível chegar ao pleno emprego, mesmo com a segunda revolução tecnológica, porque houve ações dessa natureza.

Hoje, quando se debate a questão do progresso tecnológico, da 4ª Revolução, pensamos que vai haver desemprego estrutural e só cabe aos trabalhadores se preparar para conviver com as novas exigências do mercado. No meu modo de ver, estas conclusões só são verdadeiras porque não existe uma atuação sindical e partidária que enfrente o problema gerado pelas no-

vas tecnologias. O que pode ser feito? Em primeiro lugar, nada justifica jornadas de trabalho superiores a 12 horas semanais. A questão colocada é: como se divide o progresso técnico e os ganhos de produtividade? Os trabalhadores não podem ficar passivos frente à inovação tecnológica. No passado, os ganhos de produtividade foram imensos, o desemprego gerado foi muito grande, mas encontramos soluções. Então, quero dizer o seguinte: por que a jornada não pode ser reduzida? Por que o ingresso no mercado de trabalho tem que ser a partir dos 14 anos e não a partir dos 24, depois que os jovens completaram o ensino superior? Por que a aposentadoria tem que ser tão tarde? Por que as pessoas não podem estudar a vida toda? Nós temos alternativas! Existe uma agenda enorme para ser apresentada do ponto de vista do trabalho. O que está prevalecendo são os interesses do capital, e é natural que o capital queira utilizar, cada vez mais, a mecanização, a inteligência artificial, para poupar mão de obra, porque mão de obra representa custo de produção. Mas qual é o papel do trabalho? Olhando, do ponto de vista histórico, há saídas, embora essas saídas ainda não tenham sido apresentadas. No século XIX, os trabalhadores que defenderam jornadas de 48 horas semanais foram mortos. A origem do 1º de maio, nos Estados Unidos, é o assassinato de manifestantes que estavam defendendo

jornadas menores. Essa é a luta que está faltando. Hoje, podemos dizer que o capital é o grande beneficiário dessa nova revolução.

ADVERSO - O senhor acredita que a sociedade também poderá colher os frutos do avanço tecnológico?

Pochmann - Esse é o campo da luta de classes. Para o capital, representado pelos proprietários e também representado pelos interesses de políticas neoliberais no âmbito do Estado, o resultado ideal é esse que a gente está vendo, que é o processo de concentração brutal da renda, da riqueza e do poder.

ADVERSO – Neste cenário, como será a atividade docente?

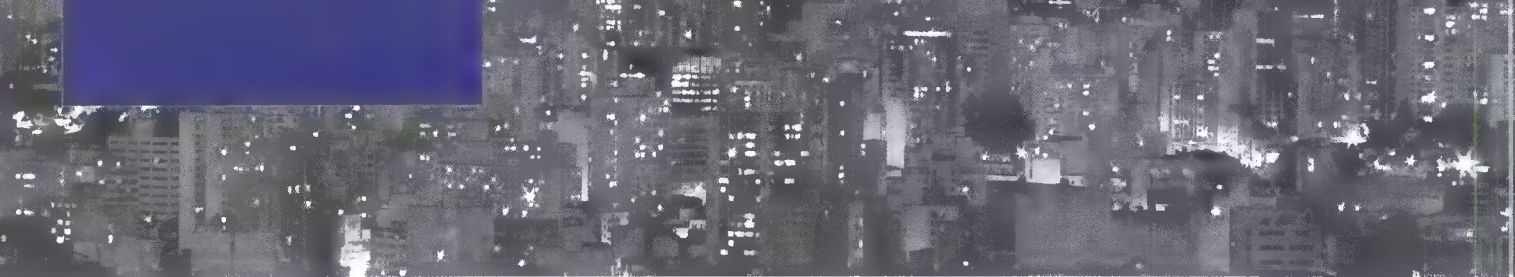
Pochmann - A revolução em curso não é homogênea e nem uniforme. Ela se concentra em determinados setores e é conduzida, de maneira geral, pelas grandes corporações transnacionais. Quer dizer, nós estamos falando de revolução industrial e tecnológica num país que se desindustrializou. E é a indústria que pode nos tirar da recessão a que estivemos associados em 2015, 2016, uma indústria cujo peso é menor do que era na década de 1910, uma indústria com peso inferior a 10% do PIB.

A ênfase na formação é fundamental quando se tem uma estrutura produtiva

que pode demandar trabalhadores qualificados. O que nós percebemos é que irá faltar emprego para quem está, hoje, nas universidades, porque, infelizmente, o Brasil se transformou num país do setor terciário, do setor de serviços, cujos empregos exigem baixa qualificação, com baixos salários. E agora, com a reforma trabalhista e a terceirização generalizada, o emprego formal assalariado tende a perder importância relativa diante das novas formas de contratação, como o microempreendedor individual, o PJ, o empregado por conta própria, enfim, o Brasil está assistindo às transformações que ocorrem no mundo e, mesmo tendo uma estrutura de ensino tão significativa, terminará formando pessoas que, simplesmente, não terão emprego. O que vemos é uma incompatibilidade entre o sistema de formação e a estrutura produtiva do País.

ADVERSO – Na sua opinião, qual será o futuro do emprego?

Pochmann - É preciso mudar a lógica desse futuro, que vem sendo construído através de um processo de intensificação brutal da exploração do trabalho. Uma exploração que não é apenas do ponto de vista material, das forças físicas do ser humano. É, cada vez mais, a apropriação da sua subjetividade, o que vem gerando o aparecimento de novas doenças profissionais vinculadas à depressão.



PORTAL ADVERSO - O ser humano, por fim, poderia se livrar das tarefas monótonas e repetitivas, e se dedicar a momento de reflexão e desenvolvimento do conhecimento, como conjecturou Domenico di Masi, no livro "Ócio Criativo"? Ou o trabalhador é, definitivamente, uma peça descartável neste mundo com tecnologias altamente desenvolvidas?

Pochmann - Domenico di Masi não especificou em qual país isso seria possível, porque, no fundo, essa realidade seria possível, justamente, nos países mais avançados tecnologicamente. Mas o que estamos percebendo é a destruição do estado de bem-estar social, com políticas neoliberais e a formação de um novo precariado, que é essa classe trabalhadora submetida a altas jornadas, insegurança no trabalho, sem acesso a direitos sociais e trabalhistas. Isso é o que está acontecendo numa era em que o domínio do capital está muito forte. Evidentemente que, como no início das revoluções tecnológicas anteriores, o capital saiu na frente, o que não impediu que houvesse uma reação organizada por parte dos trabalhadores. Portanto, eu acredito que é plenamente possível buscar outro futuro para a sociedade, em que os trabalhadores tenham a capacidade de disputar os ganhos fantásticos de produtividade

que são gerados pelo progresso técnico. O fato é que, hoje, os trabalhadores estão divididos, há um enfraquecimento dos sindicatos e dos partidos de esquerda. Mas não podemos condenar o futuro, na medida em que é possível mudar essa correlação de forças.

ADVERSO - A alteração da correlação de forças a que o senhor se refere pode se dar no contexto das próximas eleições?

Pochmann - No meu modo de ver, pelo menos, estamos diante de uma encruzilhada histórica. Eu não acredito que nós temos saídas tradicionais, saídas eleitorais. Guardada a proporção, o Brasil vive hoje algo comparável à década de 1930, ou mesmo à década de 1880, que foi fundamental do ponto de vista das mudanças estruturais do País. O Brasil era uma sociedade agrária escravista, que se transformou num país cujo modo de produção dominante passou a ser o capitalismo. No meu modo de ver, é uma situação comparável, porque estamos abandonando uma sociedade industrial e construindo uma nova sociedade de serviços, muito diferente da anterior. Estamos diante do retrocesso, mas isso não é o epílogo do livro, é um capítulo. A disputa da sociedade e as próprias eleições, dependendo da forma como vão ocorrer, podem ser um

passo diferente do que estamos vivendo hoje, e isso está relacionado às lutas sociais, que não desapareceram e são fundamentais para demarcar o tipo de Brasil e o tipo de sociedade que vamos construir.

ADVERSO - Políticas compensatórias, como renda mínima e redução da jornada de trabalho, podem assegurar que mais seres humanos sejam beneficiados com os ganhos tecnológicos?

Pochmann - O capitalismo quer produzir, utilizando cada vez menos pessoas. A lógica é produzir excedente de mão de obra. Essa é a trajetória propositiva do capitalismo. O que é possível fazer, na realidade, é viabilizar possibilidades de vida fora do mercado de trabalho. É um processo que alguns autores denominam de desmercantilização. Você não precisa de salário gerado no mercado de trabalho para poder comprar a educação, a saúde, o transporte e assim por diante. Essa é uma possibilidade que está em aberto. A segunda, é a restrição à presença de jovens e pessoas com mais idade, por exemplo, nos espaços de regulação. Mas isso é um enfrentamento contra a lógica do capital, é a questão que está colocada: temos força pra fazer essa pressão? Até o momento, parece que não. ■

Aluno não depende do professor para conseguir informação, mas para construir conhecimento

Entrevista com Liliane Rocha, CEO e Fundadora da Gestão Kairós, consultora especializada em Sustentabilidade e Diversidade

Texto: Daiani Cerezer



Liliane Rocha é CEO e fundadora da Gestão Kairós, consultoria especializada em Sustentabilidade e Diversidade. Mestre em Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), especializou-se em Gestão Responsável para a Sustentabilidade.

ADVERSO - O que é a 4ª Revolução Industrial?

Liliane Rocha – É a revolução pautada nos avanços tecnológicos que estão ocorrendo em escala exponencial, na inteligência artificial, nanotecnologia, biotecnologia, impressoras 3D, entre outros. Ressalto que não são somente as tecnologias que representam esta revolução, mas também como elas se conectam entre si, e com as disciplinas, os processos, as estruturas e as instituições humanas, gerando transformações e mudanças em todo o campo social.

Ou, ainda, na linguagem de alguns dos estudiosos, significa a convergência de tecnologias digitais, físicas e biológicas. Acrescento que é e refere-se aos impactos que esta

convergência está gerando no contexto social, nas relações, nos processos produtivos e no próprio sistema capitalista.

Falar de cronologia, neste momento, é difícil, pois estamos em meio a uma transição, vivendo o ápice da mudança de forma exponencial. Entendo que, no futuro, será necessário olhar para trás e, aí sim, teremos a possibilidade de fazer uma cronologia e ter mais clareza deste momento vertiginoso que estamos vivendo.

ADVERSO - Hoje, o capital é o grande beneficiário desta nova revolução. Você acredita que existe um território em disputa, ou se-

ja, que a sociedade (que representa a força de trabalho) também poderá colher os frutos do avanço tecnológico?

Liliane – Devido à desigualdade de renda global, existem vários aspectos pelos quais podemos olhar estas questões. Primeiramente, vale ressaltar que enquanto em alguns países do mundo ditos desenvolvidos a revolução industrial já é uma realidade - inclusive na vida das crianças -, nos países em desenvolvimento, em que a maior parcela da população vive com até 2 dólares por dia, ela ainda está distante.

Lembremos que, segundo estudo da Oxfam, em 2016, as 62 pessoas mais ricas tinham tanto dinheiro e bens quanto metade da população global. Ou seja, assim como em todas as revoluções industriais anteriores, certamente há um grupo seleto que irá (e está) liderando esse processo e usufruindo dos seus benefícios e resultados.

A regra é: quanto mais avançarmos na construção de uma sociedade mais equânime ao longo dos próximos anos, mais chances teremos de que uma parcela maior da população se integre e se beneficie da revolução industrial. Quanto mais o abismo da desigualdade se mantém ou se alarga, mais centralizada será a colheita desses frutos.

ADVERSO - No artigo "O impacto da 4ª Revolução Industrial nos avanços sociais e ambientais", você destaca seis pontos fundamentais da sociedade

capitalista, afetados pelo avanço tecnológico. O que podemos destacar como positivo e negativo em cada um deles?

Liliane – Na educação, os pontos positivos são os novos sistemas e métodos de aprendizados. Seguimos usando o sistema educacional do período prussiano, que não visa ao desenvolvimento integral do indivíduo. Hoje, o aluno não depende do professor para conseguir informação (isso ele consegue na rede), depende e dependerá cada vez mais do professor para construir conhecimento. Além disso, em algumas escolas do mundo já é possível estudar anatomia humana com imagens 3D. Isto é uma mudança total na forma de aprendizagem. Não vejo nenhum aspecto negativo, neste momento. Além do desafio de atualizações constantes de professores, principalmente em municípios menores e mais afastados dos grandes centros urbanos, em concorrer com o bombardeio de possibilidades que crianças e adolescentes têm na atualidade.

Nas relações sociais, vejo como positivo o fato delas, ao mesmo tempo em que aproximam pessoas, agilizarem o acesso à informação e deslocarem o centro de poder da sociedade. Antes, por exemplo, uma pessoa que fosse reclamar de uma empresa procuraria os meios formais, talvez fosse atendida, talvez não, talvez demorasse anos para ter um retorno. Hoje, a pessoa faz um post e o mundo inteiro sabe o que aconteceu, valida ou rechaça a demanda. A pessoa chama a

atenção para a sua causa e, por vezes, obtém retorno sem passar por sequer um mecanismo formal. O aspecto negativo é a fluidez e superficialidade extrema nas relações sociais.

No que se refere à inclusão social, destaco, como positivo, o poder da união de grupos em torno de causas, de forma rápida e, por vezes, pró-ativa, gerando movimentações sociais. Acrescentaria somente que, em casos de grupos como PCDs e a terceira idade, temos também o avanço expressivo das tecnologias assistivas.

Não vejo aspectos negativos neste caso, além dos possíveis dilemas futuros da demanda de inclusão daqueles que estiverem à margem da 4ª Revolução Industrial.

No emprego, é positiva a transferência de trabalhos que ainda são realizados por mão de obra humana de forma insalubre ou insegura para as máquinas. Ou ainda, dizendo de outra forma, deslocamento de profissionais que hoje estão focados em trabalhos mais braçais e/ou insalubres ou inseguros para atividades mais salubres, seguras e bem remuneradas. Isto, claro, se formos capazes de reduzir as desigualdades. Além disso, em algumas empresas do mundo, em determinados setores, já temos funcionários trabalhando boa parte do tempo com óculos 3D, para ver projeções de produtos, como carros e outros. Neste sentido, a 4ª Revolução Industrial oportuniza ferramentas que, potencialmente, poderiam contribuir para a melhoria do

desempenho/resultado profissional. Negativo é a possível perda de empregos em massa, principalmente em países com uma base da população em extrema pobreza e desempenhando trabalhos braçais, como é o caso do Brasil, China e Índia. A automação poderá acabar com 7 milhões de empregos até 2020. No Brasil, até 50% dos postos de trabalho poderão ser automatizados.

Outro dia, um taxista reclamou da perda de espaço para os Uber. E eu respondi para ele: "Olha, você está com o olhar errado, porque com o advento dos carros automáticos, daqui a alguns anos não terá lugar nem para você (táxi) e nem qualquer aplicativo. Os carros não precisarão de motoristas. Não adianta mais olhar para o passado, se quiser ter empregabilidade, olhe para o que está vindo logo a seguir." Além disso, teremos a

mudança do centro de produção com o advento das impressoras 3D.

Na relação com o meio ambiente, é positiva a consolidação de tecnologias verdes, que não impactam e até recuperam o que já foi degradado, como carro elétrico, teto solar, APPs em prol de iniciativas sociais e ambientais etc. Não acredito que haverá impacto negativo na relação com o meio ambiente. Acho impossível que, hoje, uma nova tecnologia seja aceita pelo mercado e pela sociedade se não considerar, também, a melhoria de qualidade do meio ambiente e da vida das pessoas.

Por fim, na relação com o outro, até o momento, o principal aspecto positivo que temos observado é o fortalecimento de grupos em prol de causas sociais, ambientais e de diversidade (mulheres, negros, pessoas com deficiên-

cia, LGBTQ+, jovens, idosos, pessoas de religiões diversas), que conseguem, agora, encontrar semelhantes, independente das distâncias, e pautar agendas na esfera pública e coletiva. Assim como nas relações sociais, o aspecto negativo são as relações líquidas, no sentido de uma fluidez e superficialidade extremas.

ADVERSO - Como seria um mundo sem emprego? O ser humano, por fim, poderia se livrar das tarefas monótonas e repetitivas, e se dedicar a momentos de reflexão e desenvolvimento do conhecimento, como conjecturou Domenico di Masi, no livro "Ócio Criativo"?

Liliane – Acredito que o ser humano sempre se adequa ao contexto tecnológico de forma a estar mais sobrecarregado. Explico: há anos,



nossos ancestrais demoravam dias e mesmo meses para se deslocar de um local para o outro. Demoravam tempos nas comunicações por meio de cartas, entre outros recursos. Seria de se pensar que, agilizando o nosso deslocamento em carros e aviões ou a nossa comunicação por meio de telefones móveis, sobraria tempo para um eventual ócio.

No entanto, isso não é verdade. Socialmente, o que fizemos com o tempo que deveria estar sobrando foi trabalhar mais e o tempo todo. Por isso, tenho muita dificuldade de vislumbrar, hoje, um mundo sem emprego. Não acredito que é neste caminho que a 4ª Revolução Industrial irá nos levar, mas sim no caminho de um remodelamento social que, para ser vislumbrado, depende ao extremo de qual modelo de sociedade vamos consolidar – em curto prazo – nos próximos anos. Se será pautado em uma sociedade mais igualitária ou mais desigual.

ADVERSO - Como você destacou, existem regiões do planeta que ainda vivem na Idade Média. Qual o futuro desta parcela da humanidade?

Liliane – Se não avançarmos em redução das desigualdades, essa parcela da população se perpetuará em situação de miséria.

ADVERSO - Como será o ser humano do futuro?

Liliane – Híbrido?! Em 2015, uma empresa na Suécia começou a implantar

chips nos seus funcionários. Em 2017, foi a vez de uma empresa em Wisconsin, nos Estados Unidos. Este processo, que inicia de forma singela, pois os funcionários estão tendo chips colocados em suas mãos para abrir portas, acionar impressoras e outras atividades cotidianas e banais, certamente, em poucos anos, atingirá uma maior escala e funcionalidade.

"Assim como nas relações sociais, o aspecto negativo são as relações líquidas, no sentido de uma fluidez e superficialidade extremas."

Há um receio geral de que o ser humano seja substituído pelas máquinas. Não acredito nisso, mas sim que o ser humano, por meio de intervenções cirúrgicas e aprimoramentos, irá se tornar cada vez mais semelhante, fisicamente, às máquinas.

ADVERSO - Que dilemas éticos e sociais podem advir desta nova relação entre os seres humanos e os robôs?

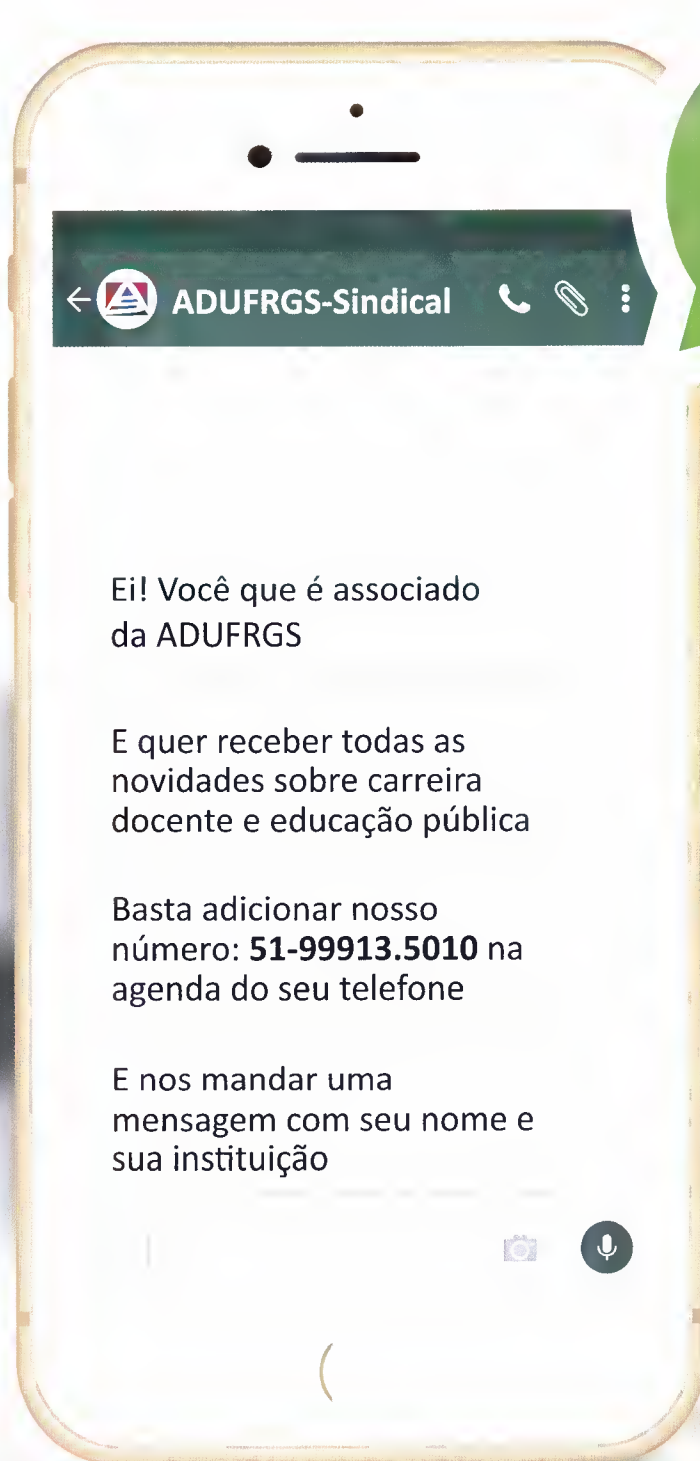
Liliane – Depende de cada tecnologia. No caso da in-

teligência artificial, creio que o maior dilema é se, em algum momento, haverá vida consciente. Se sim, como será tratada? E, no caso das demais tecnologias, até que ponto podemos realizar intervenções e melhorias no ser humano sem que ele perca a sua natureza humana?

ADVERSO - Alguns setores defendem a criação de políticas compensatórias para mitigar o impacto das tecnologias no mundo do trabalho. Entre elas, estão a redução da jornada de trabalho e a garantia de renda mínima. Na sua opinião, estas medidas podem ser eficazes no sentido de reduzir as desigualdades?

Liliane – Para mim, que trabalho com sustentabilidade e diversidade, a maior questão que temos, e que está em alta no momento, é se devemos adotar um renda mínima básica universal devido à automação. Uma vez que o emprego formal está em decadência em todo o mundo, e já temos hoje uma base expressiva da população global – cerca de 1 bilhão de pessoas – em extrema pobreza, como vamos garantir a efetivação dos direitos básicos previstos na Declaração dos Direitos Humanos para todos?

Medidas como essas não garantem que a parcela mais pobre da humanidade usufruirá da 4ª Revolução Industrial, mas sim que não será massacrada por ela. O caminho da solução pode ser esse, ou podem ser outros, mas o debate é urgente. ■



Cadastre e participe da nossa
lista de transmissão pelo Whatsapp



ADufrgs
sindical
Filiado ao PROIFES-Federação



Adufrgs
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação



portaladverso.com.br



Adufrgs-Sindical



@adufrgssindical